



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 144

DISTRITO FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

Em 28 de outubro

- 1) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 763-51, na Câmara, e número 70-57 no Senado) que dispõe sobre aposentadoria dos servidores civis que trabalhem em estabelecimentos industriais da União que fabricam munições e explosivos.
- 2) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 2.270-57, na Câmara, e n.º 6-58, no Senado) que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

Em 29 de outubro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 3.939-58, na Câmara, e número 75-58 no Senado) que estende aos segurados de todos os Institutos de Previdência Social os benefícios do art. 3.º e respectivos parágrafos da Lei n.º 3.322, de 26 de novembro de 1957.

Em 30 de outubro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 2.217-56, na Câmara, e número 74-58 no Senado) que fixa os efetivos dos oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

Em 4 de novembro

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 2.249-57, na Câmara, e número 126-58 no Senado) que altera dispositivos da Legislação do Imposto de Consumo.

Em 5 de novembro

- 1) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.006-56, na Câmara, e número 27-58 no Senado) que inclui nas funções de extranumerário mensalista das tabelas únicas do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes Marinhos, e Escolas Técnicas Profissionais e dá outras providências.
- 2) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 1.497-56, na Câmara, e número 306-56 no Senado) que transfere para o Ministério da Educação e Cultura o Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública.

Em 6 e 11 de novembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 3.285-57, na Câmara, e número 94-58 no Senado) que fixa vencimentos de juizes e membros do Ministério Público e dá outras providências.

sendo votados:

no dia 6 os dispositivos vetados nos arts. 5.º, 6.º, 14 e 20; e no dia 11 os demais (arts. 22, 23 e 25).

Em 12 e 13 de novembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 2.234-57, na Câmara, e número 84-58 no Senado) que cria o Fundo Portuário Nacional, a Taxa de Melhoramentos dos Portos e dá outras providências.

sendo votados:

no dia 12 os dispositivos vetados dos arts. 2.º, 3.º e § 1.º do art. 14 e no dia 13 os demais (dos arts. 15, 17 e § 2.º do art. 19).

Em 18 de novembro

- 1) Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 916-56, na Câmara, e n.º 102-58, no Senado) que estende aos contínuos e serventes dos órgãos autárquicos e paraestatais da União, assim também compreendidas as Estradas de Ferro e Empresas de Navegação incorporadas ao Patrimônio da União e do Serviço Público Federal, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei n.º 1.721 de 4 de novembro de 1952.
- 2) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 2.450-57, na Câmara, e número 30-58 no Senado) que abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para socorrer as vi-

timas da explosão de Gramacho, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, e do incêndio em Guaratanguetá, Estado de São Paulo.

Em 19 de novembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.181-56, na Câmara, e número 92-57, no Senado) que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências.

Em 2, 3, 4 e 9 de dezembro

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 416-55, na Câmara, e número 101-56 no Senado) que dispõe sobre o Código do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências,

sendo votados:

no dia 2 os dispositivos vetados do art. 16, ns. II, VI, IXI, XII (letra d); 21, n.º II; 22; 27, n.º I; 49 § 2.º;

no dia 3 os dos arts. 50, 56, 65 parágrafo único do art. 67 e 72;

no dia 4 dos arts. 16, n.º XII, e; 21, n.º III; parágrafo único do art. 21; 81, 83; 88 e 124; e

no dia 9 os dos arts. 128; 131; 132; 133; 134 e parágrafo único do artigo 139.

As sessões realizar-se-ão no Palácio Tiradentes, às 21 horas.

Comissão mista, designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 2.249-E, de 1957, na Câmara dos Deputados, e n.º 126, de 1958, no Senado Federal, que altera dispositivos da legislação do imposto de consumo.

1.ª reunião (de instalação) realizada em 23 de outubro de 1958

Aos vinte e três dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e oito, às quinze horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Gilberto Marinho, Gomes de Oliveira e Othon Mäder e os Srs. Deputados Ultimo de Carvalho, Sergio de Magalhães e Adauto Cardoso reunem-se esta Comissão Mista designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 2.249-E-57, na Câmara dos Deputados e n.º 126, de 1958, no Senado Federal, que altera dispositivos da legislação do imposto de consumo.

Na forma do Regimento Comum, assume a presidência o Sr. Gomes de Oliveira que, após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede à Reeleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Gilberto Marinho	5
Ultimo de Carvalho	1
Para Vice-Presidente:	
Sergio Magalhães	3
Gomes de Oliveira	1

O Sr. Gilberto Marinho agradece a seus pares a sua escolha para Presidente da Comissão, designando em seguida o Sr. Othon Mäder para relatar o veto presidencial.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a reunião, da qual eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República)
 Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles
 Secretário — Senador Cunha Melo
 Secretário — Senador Prestes Cavanha
 Secretário — Senador Victorino Freire
 Secretário — Senador Domingos Velasco
 Suplente — Senador Mathias
 Suplente — Senador Prisco dos Santos

Líderes e Vice-Líderes
Da Maioria

Líder: Flávio Murer.
 Vice-Líderes:
 Gaspar Veloso.
 Lima Guimarães.
 Gilberto Marinho.
 Lameira Bittencourt

Da Minoria

Líder: João Villasboas
 Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL
DEMOCRÁTICO

Líder: Flávio Murer.

DO PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.
 Vice-Líderes:
 Mourão Vieira.
 Saulo Ramos.

DA UNIAO DEMOCRATICA
NACIONAL

Líder: João Villasboas.
 Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL
PROGRESSISTA

Líder: Reginaldo Cavalcanti.
 Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente
 Cunha Melo
 Prestes Cavanha
 Victorino Freire
 Domingos Velasco
 Mathias Olympio
 Prisco dos Santos
 Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria)

Comissão de Constituição
e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
 Daniel Krieger — Vice-Presidente (1).

Gilberto Marinho.
 Benedito Valadares.
 Gaspar Veloso.
 Ruy Carneiro (2).
 Argemiro de Figueiredo.
 Lima Guimarães.
 Rui Palmeira.
 Atílio Vivacqua.
 Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.
 (2) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.
 Secretário — Odeneus Gonçalves Leite.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente (1)
 Fernandes Fávora — Vice-Presidente
 Aílo Guimarães (2).
 Mendonça Clark.
 (3) Lima Guimarães.
 (4) Mario Motta.
 Secretária: Ily Rodrigues Alves.
 Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação
e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.
 Púlio de Mello — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Mem de Sá
 Saulo Ramos
 Ezequias da Rocha (1).
 Reginaldo Fernandes
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua.
 Secretário: Diva Gallotti.
 Reuniões — Sextas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
 Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
 Lameira Bittencourt.
 Ary Vianna. 4
 Lima Guimarães.
 Onofre Gomes.
 Paul Fernandes.
 Daniel Krieger.
 Carlos Lindenberg.
 Mathias Olympio.
 Juracy Magalhães.
 Julio Leite.
 Othon Mader.
 Lino de Mattos.
 Novais Filho.
 Auro Moura Andrade.
 SUPLENTE

Gaspar Veloso.
 Mourão Vieira.
 Atílio Vivacqua.
 Mem de Sá.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente.
 2 — Sebastião Amher — Vice-Presidente (*).
 3 — Púlio de Mello.
 4 — Rui Palmeira.
 5 — Saulo Ramos (**).
 (*) Substituído, interinamente, pelo Senador Francisco Gallotti.
 (**) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
 Secretária — Celicia de Rezende Martins.
 Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações
Exteriores

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino.
 Bernardes Fúo — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.
 Benedito Valadares.
 Lourival Fontes (4).
 Gomes de Oliveira.
 Rui Palmeira (3).
 Moura Andrade.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua.
 (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Teixeira.
 (3) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.
 (4) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Guimarães.
 Secretário: J. B. Castelo Branco
 Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
 Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 23,00
 Ano Cr\$ 70,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
 Aílo Guimarães — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.
 Ezequias da Rocha.
 Vivaldo Lima.

Secretária: Diva Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação
Social

Lima Teixeira — Presidente.

Ruy Carneiro — Vice-Presidente (1).

Lameira Bittencourt.
 Primo Beck (2).
 Lino de Mattos.
 Waldemar Santos.
 Sylvio Curvo.
 João Arruda.
 Arlindo Rodrigues.

(1) Substituído pelo Sr. Ribeiro Casado.

(2) Substituído pelo Sr. Moreira Filho.

Reunião — Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Comissão de Segurança
Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Caetano de Castro — Vice-Presidente

Pedro Ludovico.
 Moreira Filho.
 Alencastro Guimarães.
 Sylvio Curvo (1).
 Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

Secretária: Romilda Duarte.

Reuniões — Quartas-feiras, às 17 horas.

Comissão de Serviço Público
Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
 Gilberto Marinho — Vice-Presidente

Ary Vianna.
 Abelardo Jurema.
 Caetano de Castro.
 Neves da Rocha.
 Mem de Sá.

Secretária: Ily Rodrigues Alves.
 Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes,
Comunicações e Obras
Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
 Neves da Rocha — Vice-Presidente
 Waldemar Santos.
 Novais Filho.

Columba Bueno (*).
 (*) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.

Secretária — Maria Cherubina Costa.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais
Comissão de Revisão do
Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Flávio Murer.
 Secretário: José de Silva Lisboa.
 Reuniões — Quartas-feiras.

Comissão Especial Incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mém de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Veloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

Comissão de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasquanni (1).
Lino de Mattos.
(1) Substituto temporariamente pelo Sr. Primio Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário: Sebastião Veiga.

Comissão de Estudos do Projeto do Edifício destinado ao Senado Federal em Brasília.

Cunha Mello — Presidente.
Francisco Gallotti — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Coimbra Bueno (1).
Jorge Maynard.
Mourão Vieira.
Isaac Brown — Consultor Técnico.
(1) Substituto temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.
Secretário — Alva Lino Rodrigues.

Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores
Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Kerginaldo Cavalcanti.
Othon Mäder.
Ernan Satrio — Vice-Presidente.
Araoz Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Lacurço Leite.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
3 — Atílio Vivacqua.
4 — Jorge Maynard.
5 — Lima Teixeira.
Secretaria: Cecília de Rezende Martins.

Comissão Especial de Estudo da Polít. de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Gaspar Veloso — Relator Geral.
Mourão Vieira.
Francisco Gallotti.
Gilberto Marinho.
Atílio Vivacqua.
Frederico Nunes.
Primio Beck.
Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste.

Gaspar Veloso — Presidente.
Reinaldo Fernandes — Vice-Presidente.

Jorge Maynard — Relator Geral.
Ruy Carneiro.
Arlindo Rodrigues.
Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n.º 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Guberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Saulo Ramos.
Gaspar Veloso.
Lourival Fontes.
Calado de Castro.
Alvaro Adolpho.
Alto Guimaraes.
Moreira Ruivo.
Argemiro de Figueiredo.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Mém de Sá.
Lino de Mattos.

Atas das Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 17.ª REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1958, ÀS 15.30 HORAS.

Sob a presidência do Senador Lourival Fontes, Presidente, presentes os Senadores Gilberto Marinho, Ruy Carneiro, Gaspar Veloso, Argemiro de Figueiredo, Lima Guimarães, João Villasboas, Jorge Maynard e Atílio Vivacqua, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, para o fim especial de apreciar a Mensagem n.º 1, de 1958, de Vice-Presidente da República, solicitando autorização para ausentar-se do País.

Em lida e sem alterações aprovada a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente anuncia a seguinte distribuição:

1) Ofício S-1, de 1958 — Das Prefeituras Municipais de Presidente Venceslau e Marabá, no Estado de São Paulo, transmitindo certidão de acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal, na representação n.º 247, do Sr. Procurador Geral da República.

2) Ofício S-3, de 1958 — Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, transmitindo, a requerimento de partes interessadas, o teor do julgamento daquela Suprema Corte, que considerou inconstitucional o Decreto n.º 39.515, de 6-7-56.

3) Projeto de Lei da Câmara, n.º 140, de 1958. — Dispõe sobre a consignação de Cr\$ 300.000.000,00 no suborçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (D.N.E.R.), durante cinco exercícios consecutivos, para a construção da nova rodovia São Paulo — Curitiba (BR-2).

Ao Senador Gilberto Marinho:
1) Projeto de Lei do Senado, n.º 8, de 1957 — Considera de magistrato as funções de inspetor de ensino Secundário. (Redistribuído para o relator se manifestar sobre emendas).

2) Projeto de Lei do Senado, n.º 21, de 1958 — Dispõe sobre a transferência do Ocujuo Sanatorial de Curitiba, do Ministério da Saúde para a Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

3) Projeto de Lei da Câmara n.º 148, de 1957 — Cria o Grande Prêmio Nacional de Medicina.

Ao Senador Ruy Carneiro:
Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1957 — Considera registrada, para todos os efeitos a concessão de indenização por danos materiais e morais provenientes de inatividade

de a Mário Menção. Compositor. Classe "F", aposentado do Departamento de Imprensa Nacional, Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Ao Senador Lima Guimarães:

Projeto de Lei do Senado, n.º 22, de 1958 — Autoriza o Poder Executivo, a conceder às Cooperativas e Empresas de Pescadores e Armadores de Pesca nacionais, pelo prazo de cinco anos, facilidades cambiais ao custo de câmbio para importação de barcos pesqueiros modernos, devidamente aparelhados, de 100 a 2.000 toneladas de capacidade líquida nos porões, motores marítimos destinados à pesca, peças para substituições, redes, fios destinados à confecção de redes para a pesca e demais implementos, também destinados exclusivamente à pesca.

Ao Senador Rui Palmeira:

Projeto de Lei do Senado, n.º 6, de 1958 — Estabelece o uso de catedráticos nos veículos de cargas e outros.

Ao Senador Atílio Vivacqua:

Projeto de Resolução n.º 16, de 1958 — Transfere, "ex-officio", do cargo da classe O, da carreira de Taquígrafo para o da mesma classe da carreira de Redator, Julieta Lovatini.

Ao Senador Benedito Valadares:

Requerimento n.º 729, de 1957 — Solicitando inserção nos Anais do Se-

nado de um voto de louvor à Diretoria da Companhia Aços Especiais Itabira, pelo início de produção de chapas de aço silcosas.

Ao Senador Argemiro de Figueiredo:

Ofício n.º S-5, de 1957 — Do Presidente da Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil, transmitindo expetição em que o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul encaminha ante-Propo de lei sobre a composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Ao Senador Lameira Bittencourt:
Projeto de Lei da Câmara, n.º 33, de 1953 — Da nova "texto a Lei Orgânica do Ensino Secundário. (Redistribuído ao Relator, para se manifestar sobre emendas).

Na forma do Regimento Interno, o Sr. Lourival Fontes, Presidente da Comissão, ao Senador Atílio Vivacqua, em seguida, emitiu parecer favorável à solicitação contida na Mensagem n.º 1, de 1958, ora em exame, face ao que dispõe o art. 85, combinado com o art. 63, n.º VII da Constituição Federal.

Pôsto a votos a Comissão aprova o parecer, que constitui o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, do Poder Legislativo.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Othon Mäder, Secretário, lavro a presente ata, a ser assinada, depois de aprovada, será assinada.

ATA DA 128.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1958

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES APOLÔNIO SALLES e PRISCO DOS SANTOS

Sumário

PROJETO DE LEI CHEGADO DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei da Câmara n.º 143 (na Câmara dos Deputados: 4.180-B, de 1958), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959, relativamente aos seguintes suborçamentos: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas, Conselho Nacional de Economia, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, Comissão de Reparação de Guerra, Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica, Conselho Nacional de Petróleo, Conselho de Segurança Nacional, Ministério da Aeronáutica e Ministério das Relações Exteriores.

DISCURSOS PROFERIDOS

Senadores Gomes de Oliveira, Neves Filho e Jorge Maynard: As comemorações da "Semana da Asa" — Homenagem à Força Aérea Brasileira.

Senador Paulo Abreu: A construção, pela NOVACAP, de uma catedral católica em Brasília.

Senadores João Villasboas e Calado de Castro: Considerações sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1956, que dispõe sobre a eleição do Prefeito do Distrito Federal.

MATERIA COM DISCUSSÃO ENCERRADA

Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1956, que dispõe sobre a eleição do Prefeito do Distrito Federal. (Em primeira discussão).

MATERIAS VOTADAS

Projeto de Resolução n.º 14, de 1958, que nomeia Artur Bortolho Casado Lima, candidato habilitado em concurso, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado. (Aprovado).

Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1958, que concede a pensão vitalícia de Cr\$ 5.000,00 mensais a Justina Fieiry Passos, viúva do engenheiro Edison Junqueira Passos. (Aprovado).

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vitaldo Lima — Mourão Vieira — Prisco dos Santos — Lameira Bittencourt — Waldemar Santos — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fernandes Távora — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Neves Filho — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Júlio Leite — Jorge Maynard — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Atílio Vivacqua — Ary Vianna — Moreira Filho — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Lima Guimarães — Lino de Mattos — Paulo Abreu — Domingos Vellaco — Frederico Nunes — Pedro Ludovico — Mario Votta — João Villasboas — Filinto Mülher — Othon Mäder — Gaspar

Velloso — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Primio Beck — Daniel Krieger — Mém de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Jorge Maynard, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Secretário, servindo de 1.º Secretário, dá conta do seguinte.

Expediente

OFÍCIOS — Da Câmara dos Deputados, n.º 1.094 — 1.098 — 1.093 — 1.097 — 1.089 — 1.091 — 1.096 — 1.095 — 1.093 — 1.100 — 1.007, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n.º 143, a saber:

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 4.180 B, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 2 — PODER LEGISLATIVO

2.01 — CAMARA DOS DEPUTADOS

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	88.236.120	
1.1.02 — Subsídios e representações	78.514.200	81.030.000
1.1.05 — Salários de contratados		564.000
1.1.08 — Auxílio-doença		100.000
1.1.09 — Ajuda de custo		28.000.000
1.1.11 — Substituições		550.000
1.1.14 — Salário-família		3.000.000
1.1.15 — Gratificação de função	1.044.000	
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		
1) Secretaria		10.000.000
2) Diretoria de Orçamento		1.000.000
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		
1) Gabinete do Presidente		360.000
2) Gabinete do 1.º Secretário		240.000
3) Demais gabinetes		1.320.000
4) Secretaria		237.600
1.1.23 — Gratificação nacional por tempo de serviço	16.200.000	
1.1.27 — Diversos		10.300.000
	183.994.320	136.401.600
Total da Consignação 1.1.00	320.395.920	
CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação		
Subconsignações:		
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		2.200.000
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinsecção		600.000
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		1.300.000
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos		500.000
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes		
1) Gêneros de alimentação		1.600.000
1.3.10 — Matérias primas e produtos manufaturados ou sem-manufaturados destinados a qualquer transformação		100.000
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios		200.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios: roupa de cama, mesa e banho		600.000
Total da Consignação 1.3.00		7.200.000
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente		
Subconsignações:		
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes		500.000
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas		150.000
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria		150.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico		200.000
1.4.12 — Mobiliário em geral		240.000
Total da Consignação 1.4.00		1.240.000

A Comissão de Finanças.

	DOTAÇÃO Variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros	
Subconsignações:	
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas ..	1.800.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás	1.200.000
1.5.05 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo	100.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	950.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	8.000.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais	2.000.000
1.5.13 — Seguros em geral	250.000
1.5.14 — Outros serviços contratuais	
1) Assistência Técnica	500.000
Total da Consignação 1.5.00	14.800.000
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignações:	
1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento	150.000
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	500.000
1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado	
1) Comissões de Inquérito	1.000.000
1.6.14 — Exposições, congressos e conferências	
1) Grupo Brasileiro da União Interparlamentar	4.000.000
2) Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo ..	500.000
3) Diversos	1.000.000
Total da Consignação 1.6.00	7.150.000
Total da Verba 1.0.00	350.785.920
Total das Despesas Ordinárias	350.785.920
DESPESAS DE CAPITAL	
VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS	
CONSIGNAÇÃO 4.0.00 — Obras	
Subconsignações:	
4.1.04 — Reparos, adaptações, conservações e despesas de emergência com bens imóveis	1.500.000
Total da Consignação 4.1.00	1.500.000
CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos e Instalações	
Subconsignações:	
4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos ...	1.000.000
Total da Consignação 4.2.00	1.000.000
Total da Verba 4.0.00	2.500.000
Total das Despesas de Capital	2.500.000
Total Geral	353.285.920

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 143, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 2 — PODER LEGISLATIVO

2.02 — SENADO FEDERAL

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	57.914.000	
1.1.02 — Subsídios e representações	15.768.000	17.841.000
1.1.05 — Salários de contratados		2.400.000
1.1.08 — Auxílio-doença		200.000
1.1.09 — Ajuda de custo		6.040.000
1.1.11 — Substituições		140.000
1.1.14 — Salário-família		1.500.000
1.1.15 — Gratificação de função	672.000	
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		10.000.000
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		914.000
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	10.347.300	
1.1.29 — Diversos		6.000.000
	85.701.300	45.035.000
Total da Consignação 1.1.00	130.736.300	
CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação		
Subconsignações:		
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		1.500.000
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		700.000
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		700.000
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos		200.000
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios		150.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		500.000
Total da Consignação 1.3.00		3.750.000
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente		
Subconsignações:		
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes		150.000
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas		50.000
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria		50.000
1.4.12 — Mobiliário em geral		400.000
Total da Consignação 1.4.00		650.000
CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros		
Subconsignações:		
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas ..		300.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás		500.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis		250.000

A Comissão de Finanças

	DOTAÇÃO	
	Variável Cr\$	
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	1.800.000	
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais	600.000	
1.5.13 — Seguros em geral	250.000	
Total da Consignação 1.5.00	4.200.000	
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos		
Subconsignações:		
1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento	380.000	
1.6.14 — Exposições, congressos e conferências		
1) Grupo Brasileiro de União Interparlamentar	5.000.000	
2) Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo ..	1.500.000	
3) Para a VII Conferência Interparlamentar Pró-Governo Mundial	500.000	
4) Diversos	1.000.000	
1.6.24 — Diversos		
1) Despesas de qualquer natureza com o Gabinete do Vice-Presidente da República	230.000	
2) Para a assinatura de revistas técnicas e aquisição de livros indispensáveis à assessoria técnica do Senado a cargo da Diretoria das Comissões	150.000	
3) Para despesas de qualquer natureza com os encargos da Lei n.º 3.273 de 1-10-1957	5.000.000	
4) Para requinamento e instalação de novos serviços na Diretoria do Arquivo	500.000	
Total da Consignação 1.6.00	14.260.000	
Total da Verba 1.0.00	153.596.300	
Total das Despesas Ordinárias	153.596.300	
DESPESAS DE CAPITAL		
VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS		
CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras		
Subconsignações:		
4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	250.000	
Total da Consignação 4.1.00	250.000	
CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos e Instalações		
Subconsignações:		
4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos ...	300.000	
Total da Consignação 4.2.00	300.000	
Total da Verba 4.0.00	550.000	
Total das Despesas de Capital	550.000	
Total Geral	154.146.300	

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 143, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 3 — ÓRGÃOS AUXILIARES

3.01 — TRIBUNAL DE CONTAS

DOTAÇÃO

Rubricas da Despesa

Fixa
Cr\$Variável
Cr\$

DESPESAS ORDINÁRIAS

VERBA 1.0.00 — CUSTEIO

CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:

1.1.01 — Vencimentos

1) Ministro, Procurador, Adjunto-

Procurador e Auditor

6.612.840

2) Funcionários

77.076.400

1.1.03 — Auxílio-doença

120.000

1.1.09 — Ajuda de custo

800.000

1.1.10 — Diárias

300.000

1.1.11 — Substituições

710.000

1.1.12 — Diferença de vencimentos ou salários

234.000

1.1.14 — Salário-família

2.500.000

1.1.15 — Gratificação de função

5.718.000

1.1.17 — Gratificação pela prestação de servi-

350.000

ço extraordinário

250.000

1.1.18 — Gratificação pela representação de ga-

binete

1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de

serviço

14.630.635

1.1.26 — Gratificação de representação

60.000

104.837.875

5.324.000

Total da Consignação 1.1.00

110.161.875

CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo
e de Transformação

Subconsignações:

1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, en-

sino e educação

1.500.000

1.3.03 — Material de limpeza, conservação e

desinfecção

200.000

1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes

91.000

1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de

viaturas e de aparelhos

60.000

1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para

luminantes

40.000

1.3.10 — Matérias primas e produtos manufa-

turados ou semimanufaturados desti-

nados a qualquer transformação

150.000

1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e

acessórios: roupa de cama, mesa e

banho

512.000

1.3.14 — Material para acondicionamento e em-

balagem

20.000

Total da Consignação 1.3.00

2.573.000

CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente

Subconsignações:

1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes

1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficina

100.000

1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações

elétricas

40.000

1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitô-

rio e enfermaria

30.000

1.4.10 — Viaturas de pequeno porte

30.000

1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, bi-

blioteca, ensino, laboratório e gabinete

técnico ou científico

150.000

1.4.12 — Mobiliário em geral

800.000

Total da Consignação 1.4.00

1.190.000

A Comissão de Finanças.

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignações:

1.5.01 — Acondicionamento e transporte de en-

comendas, cargas e animais em geral

30.000

1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de

suas bagagens

400.000

1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de re-

cortes de publicações periódicas

40.000

1.5.05 — Serviços de asseio e higiene; taxas de

água, esgoto e lixo

90.000

1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e

conservação de bens móveis

220.000

1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e

de encadernação

200.000

1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, ra-

diogramas, porte-postal e assinatura de

caixas postais

165.000

1.5.13 — Seguros em geral

30.000

1.5.14 — Outros serviços contratuais

600.000

Total da Consignação 1.5.00

1.775.000

CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignações:

1.6.01 — Despesas miúdas de pronto paga-

mento

100.000

1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens

e homenagens

30.000

1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especiali-

zação de pessoal

300.000

1.6.24 — Diversos

1) Despesas de qualquer natureza e

proveniência com o Gabinete do

Presidente

50.000

Total da Consignação 1.6.00

480.000

Total da Verba 1.0.00

116.179.875

Total das Despesas Ordinárias

116.179.875

DESPESAS DE CAPITAL

VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS

CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras

Subconsignações:

4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e

despesas de emergência com bens mó-

veis

100.000

Total da Consignação 4.1.00

100.000

CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos
e Instalações

Subconsignações:

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos

800.000

Total da Consignação 4.2.00

800.000

Total da Verba 4.0.00

900.000

Total das Despesas de Capital

900.000

Total Geral

117.079.875

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 143, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 3 — ÓRGÃOS AUXILIARES

3.02 — CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	7.900.000	
1.1.04 — Salários de mensalistas		11.628.000
1.1.05 — Salários de contratados		534.000
1.1.09 — Ajuda de custo		100.000
1.1.10 — Diárias		130.000
1.1.11 — Substituições		50.000
1.1.14 — Salário-família		510.000
1.1.15 — Gratificação de função	1.760.400	
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		60.000
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		200.000
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	1.200.000	
	10.860.400	13.212.000
Total da Consignação 1.1.00	24.072.400	
CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação		
Subconsignações:		
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		400.000
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		75.000
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		55.000
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos		20.000
1.3.10 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação		40.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		90.000
Total da Consignação 1.3.00		680.000
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente		
Subconsignações:		
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes		180.000
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas		50.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico		20.000
1.4.12 — Mobiliário em geral		350.000
Total da Consignação 1.4.00		600.000

A Comissão de Finanças.

DOTAÇÃO	
Variável	Cr\$
CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros	
Subconsignações:	
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens	120.000
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas ..	40.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás	100.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	80.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	1.000.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais	130.000
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; fôros; despesas de condomínio	2.520.000
Total da Consignação 1.5.00	3.990.000
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignações:	
1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento	40.000
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	700.000
1.6.24 — Diversos	
1) Para inquéritos e pesquisas	800.000
Total da Consignação 1.6.00	1.540.000
Total da Verba 1.0.00	30.882.400
Total das Despesas Ordinárias	30.882.400
DESPESAS DE CAPITAL	
VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS	
CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras	
Subconsignações:	
4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	150.000
Total da Consignação 4.1.00	150.000
CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos e Instalações	
Subconsignações:	
4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	430.000
4.2.03 — Camionetas de passageiros, ônibus, ambulâncias e «jeeps»	600.000
Total da Consignação 4.2.00	1.030.000
Total da Verba 4.0.00	1.180.000
Total das Despesas de Capital	1.180.000
Total Geral	32.062.400

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 143, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 4 — PODER EXECUTIVO

4.03 — ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO Variável Cr\$
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$	
DESPESAS ORDINARIAS			
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO			
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil			
Subconsignações:			
1.1.04 — Salários de mensalistas		4.634.200	
1.1.08 — Auxílio-doença		11.500	
1.1.10 — Diárias		20.000	
1.1.14 — Salário-família		370.000	
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		147.000	
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		45.360	
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	100.000		
1.1.26 — Gratificação de representação		700.000	
	100.000	5.928.060	
Total da Consignação 1.1.00		6.028.060	
CONSIGNAÇÃO 1.2.00 — Pessoal Militar			
Subconsignações:			
1.2.04 — Gratificações militares		5.200.000	
1.2.06 — Diárias		80.000	
1.2.10 — Substituições		100.000	
Total da Consignação 1.2.00		5.380.000	
CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação			
Subconsignações:			
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		840.000	
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		405.000	
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		415.000	
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos		560.000	
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes		4.000.000	
1.3.10 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação		1.505.000	
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios		60.000	
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		165.000	
Total da Consignação 1.3.00		7.950.000	
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente			
Subconsignações:			
1.4.03 — Material bibliográfico em geral: filmes		230.000	
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas		50.000	
1.4.06 — Material e acessórios para instalação, conservação e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de canalização e de sinalização; material para extinção de incêndio		40.000	
1.4.08 — Material artístico; instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras		90.000	
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria			130.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino laboratório e gabinete técnico ou científico			105.000
1.4.12 — Mobiliário em geral			390.000
Total da Consignação 1.4.00			1.035.000
CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros			
Subconsignações:			
1.5.01 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral			160.000
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e suas bagagens			1.200.000
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas			45.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás			161.000
1.5.05 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo			95.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis			247.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação			240.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais			190.000
1.5.13 — Seguros em geral			50.000
Total da Consignação 1.5.00			2.688.000
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos			
Subconsignações:			
1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento			44.000
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagem e homenagens			200.000
1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado			140.000
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal			
1) Despesas com técnicos, instrutores, professores, conferencistas, pessoal auxiliar; manutenção de cursos; especialização no exterior de professores e instrutores, e vinda de técnicos estrangeiros			3.700.000
1.6.13 — Serviços educativos e culturais			
1) Excursões e estudos de professores e alunos da Escola Superior de Guerra			2.500.000
1.6.15 — Representação e propaganda no exterior			1.000.000
1.6.19 — Despesas gerais com a Defesa Nacional			
1) Manobras militares			4.000.000
1.6.24 — Diversos			
1) Despesas com o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas			60.000
Total da Consignação 1.6.00			11.544.000
Total da Verba 1.0.00			34.725.060

4.03 — ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

VERBA 2.0.00 — TRANSFERÊNCIAS

CONSIGNAÇÃO 2.6.00 — Transferências Diversas

Subconsignações :

2.6.05 — Diversos

- 1) Despesas de qualquer natureza com a manutenção e funcionamento da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos (Acôrdo de Assistência militar entre o Brasil e os Estados Unidos, promulgada pelo Decreto n.º 33.044, de 15 de junho de 1953)

500.000

Total da Consignação 2.6.00

600.000

Total da Verba 2.0.00

600.000

Total das Despesas Ordinárias

35.325.060

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

DESPESAS DE CAPITAL

VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS

CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras

Subconsignações :

- 4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis

230.000

Total da Consignação 4.1.00

230.000

CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos e Instalações

Subconsignações :

- 4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos

480.000

- 4.2.11 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com equipamentos

- 1) Para reparos e conservação de elevadores

132.000

Total da Consignação 4.2.00

612.000

Total da Verba 4.0.00

842.000

Total das Despesas de Capital

842.000

Total Geral

36.167.060

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 4 180-B, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 4 — PODER EXECUTIVO

4.04 — COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DOS INCAPAZES
DAS FORÇAS ARMADAS

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO Variável Cr\$
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$	
DESPESAS ORDINÁRIAS			
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO			
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil			
Subconsignações:			
1.1.04 — Salários de menselistas		2.052.000	
1.1.08 — Auxílio-doença		10.000	
1.1.14 — Salário-família		168.000	
1.1.15 — Gratificação de função	168.000		
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	20.000		
	188.000	2.230.000	
Total da Consignação 1.1.00	2.418.000		
			CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos
			Subconsignações:
			1.6.17 — Serviços de Assistência Social
			1) Para atender a serviços de qual- quer natureza com a readaptação e a formação profissional dos inca- pazes das Forças Armadas
			3.100.000
			Total da Consignação 1.6.00
			3.100.000
			Total da Verba 1.0.00
			5.518.000
			Total das Despesas Ordinárias
			5.518.000
			Total Geral
			5.518.000

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 143, de 1958

Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 4 .— PODER EJECUTIVO

4.05 - COMISSAO DE REPARACOES DE GUERRA

Rubricas da Despesa		DOTAÇÃO Variável Cr\$	DOTAÇÃO Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS			
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO			
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil			
Subconsignações :			
1.1.22 — Gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva	216.000		
1.1.27 — Diversos			
1) Para atender ao pagamento das gratificações autorizadas pelo Decreto-lei nº 8.553, art. 7º § 2º de 4-1-46	243.600		
Total da Consignação 1.1.00	459.600		
		CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação	
		Subconsignações :	
		1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	13.000
		Total da Consignação 1.3.00	13.000
		CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros	
		Subconsignações :	
		1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas..	280
		1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e encadernação	20.000
		Total da Consignação 1.5.00	20.280
		Total da Verba 1.0.00	492.880
		Total das Despesas Ordinárias	492.880
		Total Geral	492.880

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 143, de 1958

(Projeto n.º 4-180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 4 — PODER EXECUTIVO

4.07 — CONSELHO NACIONAL DE AGUAS

E ENERGIA ELÉTRICA

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	936.000	
1.1.04 — Salários de mensalistas		4.958.000
1.1.05 — Salários de contratados		138.000
1.1.09 — Ajuda de custo		50.000
1.1.10 — Diárias		70.000
1.1.11 — Substituições		30.000
1.1.14 — Salário-família		249.000
1.1.15 — Gratificação de função	396.000	
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		50.000
1.1.22 — Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva		124.800
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	200.000	
	<u>1.532.000</u>	<u>5.669.800</u>
Total da Consignação 1.1.00		<u>7.201.800</u>
CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação		
Subconsignações:		
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		50.000
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		15.000
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		70.000
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas de viaturas e de aparelhos		20.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		45.000
Total da Consignação 1.3.00		<u>200.000</u>
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente		
Subconsignações:		
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes		20.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete, técnico ou científico		10.000
1.4.12 — Mobiliário em geral		20.000
Total da Consignação 1.4.00		<u>50.000</u>

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros	
Subconsignações:	
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens	40.000
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas	12.500
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás ..	28.000
1.5.05 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo	18.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	60.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	300.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal e assinatura de caixas postais	30.000
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros	479.280
Total da Consignação 1.5.00	967.780
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignações:	
1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento	18.000
Total da Consignação 1.6.00	18.000
Total da Verba 1.0.00	8.437.580
Total das Despesas Ordinárias ...	8.437.580
VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS	
CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras	
Subconsignações:	
4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	30.000
Total da Consignação 4.1.00	30.000
CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos e Instalações	
Subconsignações:	
4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos ..	120.000
Total da Consignação 4.2.00	120.000
Total da Verba 4.0.00	150.000
Total das Despesas de Capital ...	150.000
Total Geral	8.587.580

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 143, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 4 -- PODER EXECUTIVO

4.08 -- CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO		DOTAÇÃO Variável Cr\$
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$	
DESPESAS ORDINARIAS			
VERBA 1.0.00 -- CUSTEIO			
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 -- Pessoal Civil			
Subconsignações:			
1.1.01 -- Vencimentos	1.332.000		
1.1.04 -- Salário de mensalistas		24.360.000	
1.1.05 -- Salário de contratados		2.940.000	
1.1.08 -- Auxílio-doença		40.000	
1.1.09 -- Ajuda de custo		300.000	
1.1.10 -- Diárias		350.000	
1.1.11 -- Substituições		189.120	
1.1.14 -- Salário-família		1.107.000	
1.1.15 -- Gratificação de função	2.403.600		
1.1.17 -- Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		300.000	
1.1.18 -- Gratificação pela representação de gabinete		500.000	
1.1.22 -- Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva		1.296.000	
1.1.23 -- Gratificação adicional por tempo de serviço	830.000		
	4.565.600	31.382.120	
Total da Consignação 1.1.00	35.947.720		
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 -- Encargos Diversos			
Subconsignações:			
1.6.23 -- Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos			
1) Despesas de qualquer natureza com manutenção das atividades do Conselho Nacional do Petróleo, inclusive pesquisas e formação de pessoal técnico			13.689.000
Total da Consignação 1.6.00			13.689.000
Total da Verba 1.0.00			49.636.720
Total das Despesas Ordinárias			49.636.720
Total Geral			49.636.720

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 143, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

ANEXO 4 — PODER EXECUTIVO

4.09 — CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

		DOTAÇÃO Variável Cr\$			DOTAÇÃO Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS					
VERBA 1.0.00 — CUSTEIO					
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil					
Subconsignações:					
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		1.200.000	1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis		55.000
1.1.22 — Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva		172.800	1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação		220.000
Total da Consignação 1.1.00		1.372.800	1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porta postal, assinatura de caixas postais		65.000
			1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis, foros e despesas de condomínio		960.000
			Total da Consignação 1.5.00		1.411.000
CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação			CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos		
Subconsignações:			Subconsignações:		
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		275.000	1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento		27.500
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		45.000	1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado		5.500.000
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes		250.000	Total da Consignação 1.6.00		5.527.500
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos		45.000	Total da Verba 1.0.00		
1.3.10 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação		65.000			
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos, e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios		40.000	VERBA 2.0.00 — TRANSFERENCIAS		
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		60.000	CONSIGNAÇÃO 2.1.00 — Auxílios e Subvenções		
Total da Consignação 1.3.00		780.000	Subconsignações:		
			2.1.01 — Auxílios		
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente			2 — Governos Municipais		
Subconsignações:			1) Para aplicação, a cargo da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, de acordo com o disposto na Lei n.º 2.597, de 12-9-55		
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes		200.000	1) Nos termos do art. 3.º da Lei n.º 2.597-55		
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas		5.000	2) Nos termos do art. 4.º da Lei n.º 2.597-55		
1.4.06 — Material e acessórios para instalação, conservação e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de canalização e de sinalização; material para extinção de incêndio		10.000	Total da Consignação 2.1.00		
1.4.12 — Mobiliário em geral		100.000			
Total da Consignação 1.4.00		315.000	Total da Verba 2.0.00		
CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros			Total das Despesas Ordinárias		
Subconsignações:					
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens		30.000	DESPESAS DE CAPITAL		
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas		1.000	VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS		
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás		30.000	CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras		
1.5.05 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo		10.000	Subconsignações:		
			4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis		
			Total da Consignação 4.1.00		
			Total da Verba 4.0.00		
			Total das Despesas de Capital		
			Total Geral		

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 4.180-B, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959.

4.12 — MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

(Demonstração da Despesa por Verbas e Consignações)

DESPESAS ORDINARIAS	Fixa Cr\$	Variável Cr\$	Total Cr\$
VERBA 1.0.00 — Custeio			
Consignações:			
1.1.00 — Pessoal Civil	76.927.000	1.285.545.000	1.362.472.000
1.2.00 — Pessoal Militar	1.430.000.000	1.992.400.000	3.422.400.000
1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação	—	1.045.222.000	1.045.222.000
1.4.00 — Material Permanente	—	159.550.000	159.550.000
1.5.00 — Serviços de Terceiros	—	158.220.000	158.220.000
1.6.00 — Encargos Diversos	—	397.100.000	397.100.000
Total da Verba 1.0.00	1.506.927.000	5.038.037.000	6.544.964.000
VERBA 2.0.00 — Transferências			
Consignações:			
2.1.00 — Auxílios e Subvenções		831.657.320	831.657.320
2.3.00 — Inativos		541.500.000	541.500.000
2.4.00 — Pensionistas		23.000.000	23.000.000
2.6.00 — Transferências Diversas		86.500.000	86.500.000
Total da Verba 2.0.00		1.482.657.320	1.482.657.320
Total das Despesas Ordinárias		8.027.621.320	
DESPESAS DE CAPITAL			
VERBA 3.0.00 — Desenvolvimento Económico e Social			
Consignações:			
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento		455.000.000	455.000.000
Total da Verba 3.0.00		455.000.000	
VERBA 4.0.00 — Investimentos			
Consignações:			
4.1.00 — Obras		900.850.000	900.850.000
4.2.00 — Equipamentos e Instalações		629.000.000	629.000.000
4.3.00 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis		20.000.000	20.000.000
Total da Verba 4.0.00		1.549.850.000	
VERBA 6.0.00 — Amortização da Dívida Pública			
Consignações:			
6.2.00 — Dívida Interna		19.000.000	19.000.000
Total da Verba 6.0.00		19.000.000	
Total das Despesas de Capital		2.023.850.000	
Total Geral		10.051.471.320	

4.12 — MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

DESPESAS ORDINÁRIAS

Rubricas da Despesa

DOTAÇÃO

Fixa
Cr\$ Variável
Cr\$

VERBA 1.0.00 — CUSTEIO

CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:

1.1.01 — Vencimentos	45.438.000	
1.1.04 — Salários de mensalistas		860.000.000
1.1.05 — Salários de contralados		10.000.000
1.1.06 — Salários de tareteiros		260.000.000
1.1.07 — Auxílio para diferença de caixa	72.600	
1.1.08 — Auxílio-doença		740.000
1.1.09 — Ajuda de custo		3.800.000
1.1.10 — Diárias		6.000.000
1.1.12 — Diferença de vencimentos ou salários		15.000
1.1.14 — Salário-família		140.000.000
1.1.15 — Gratificação de função	6.416.400	
1.1.16 — Gratificação pelo exercício de magistério	3.000.000	
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		1.000.000
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		440.000
1.1.20 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde		3.500.000
1.1.21 — Gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico		50.000
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	22.000.000	
	76.927.000	1.285.545.000
Total da Consignação 1.1.00	1.362.472.000	

CONSIGNAÇÃO 1.2.00 — Pessoal Militar

Subconsignações:

1.2.01 — Vencimentos de oficiais	400.000.000	
1.2.02 — Vencimentos de praças	1.030.000.000	
1.2.03 — Etapas para alimentação		900.000.000
1.2.04 — Gratificações militares		910.000.000
1.2.05 — Ajuda de custo		24.000.000
1.2.06 — Diárias		50.000.000
1.2.07 — Abono de família		100.000.000
1.2.08 — Auxílio para funeral		400.000
1.2.09 — Ajuda para tardamento		8.000.000
	1.430.000.000	1.992.400.000
Total da Consignação 1.2.00	3.422.400.000	

CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação

Subconsignações:

1.3.01 — Animais destinados a estudos e preparação de produtos	10.000	
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	30.000.000	
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção	24.000.000	
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	370.000.000	
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas de viaturas e de aparelhos	140.000.000	
1.3.06 — Material de courelaria ou de uso zootécnico	12.000	
1.3.07 — Forragens e outros alimentos para animais	150.000	
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes		
1) Gêneros de alimentação	30.000.000	
1.3.09 — Material para serviços de acampamento e de campanha; munições	60.000.000	
1.3.10 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação	200.000.000	
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	35.000.000	

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

1.3.12 — Sementes e mudas de plantas	50.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho	150.000.000
1.3.14 — Material para acondicionamento e embalagem	6.000.000
Total da Consignação 1.3.00	1.045.222.000

CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente

Subconsignações:

1.4.01 — Animais destinados a trabalho, produção, criação e a outros fins	250.000
1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes	1.600.000
1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficinas	35.000.000
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas	30.000.000
1.4.06 — Materiais e acessórios para instalação, conservação e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de canalização e de sinalização; material para extinção de incêndio	25.000.000
1.4.07 — Material de acampamento, de campanha e de paraquedismo; armamento	20.000.000
1.4.08 — Material artístico, instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras	1.200.000
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermarias	25.000.000
1.4.10 — Viaturas de pequeno porte	500.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico	10.000.000
1.4.12 — Mobiliário em geral	11.000.000
Total da Consignação 1.4.00	159.550.000

CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignações:

1.5.01 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral	45.000.000
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens	10.000.000
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas	170.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás	25.000.000
1.5.05 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo	5.000.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	14.500.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	4.000.000
1.5.08 — Serviços clínicos e de hospitalização	12.000.000
1.5.09 — Serviços funerários	600.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais	6.600.000
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros e despesas de condomínio	4.000.000
1.5.13 — Seguros em geral	550.000
1.5.14 — Outros serviços contratuais	
1) Despesas com a manutenção e conservação de pistas de terra e suas dependências nos aeroportos comerciais em todo o território nacional, mediante convênio ou contrato com o Estado, Prefeitura ou empresa de navegação aérea	30.000.000
2) Diversos	800.000
Total da Consignação 1.5.00	158.220.000

4.12 — MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

	DOTAÇÃO Variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos	
Subconsignações: -	
1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.200.000
1.6.03 — Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	300.000
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	300.000
1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado	1.000.000
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	2.000.000
1.6.13 — Serviços educativos e culturais	
1) Bolsas de estudos para o Centro Técnico de Aeronáutica	2.000.000
2) Diversos	150.000
1.6.15 — Representação e propaganda no exterior	12.000.000
1.6.19 — Despesas gerais com a defesa nacional	
1) Execução da lei do serviço militar e incremento da instrução militar	300.000
2) Manobras militares	350.000
3) Instalação de novas unidades, repartições e estabelecimentos militares	7.000.000
4) Serviços relativos ao transporte de aviões, material aéreo e de segurança à navegação aérea ...	10.000.000
5) Despesas de qualquer natureza e proveniência com o funcionamento do Centro Técnico de Aeronáutica, inclusive remuneração de técnicos e professores nacionais e estrangeiros	100.000.000
6) Despesas de qualquer natureza e proveniência com a operação e manutenção dos serviços de segurança e proteção ao voo, da Diretoria de Rotas Aéreas	70.000.000
7) Despesas com a manutenção de aeroportos, bases aéreas, campos de pouso, edifícios, dependências e instalações dos demais estabelecimentos civis e militares	150.000.000
8) Despesas de qualquer natureza com o funcionamento do serviço de saúde da Aeronáutica inclusive equipamento e enfermagem	40.000.000
Total da Consignação 1.6.00	397.100.000
Total da Verba 1.0.00	6.544.964.000

VERBA 2.0.00 — TRANSFERÊNCIAS

CONSIGNAÇÃO 2.1.00 — Auxílios e Subvenções

Subconsignações

2.1.01 — Auxílio:

6) Fundações criadas pela União	
1) Fundação Osório (Decreto-lei n.º 8.917, de 26-1-46) ..	1.820.000
7) Outras entidades (mediante convênio)	
1) Instituto Brasileiro Aeronáutico	200.000
2) União dos Escoteiros do Brasil (Decreto-lei n.º 8.828, de 24-1-1946) para desenvolvimento do Escotismo do Ar ..	120.000
3) Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico	250.000

2.1.02 — Subvenções ordinárias

7) Outras entidades

1) As empresas nacionais concessionárias de transporte aéreo que explorem linhas internacionais (Leis ns. 1.181, de 17-8-50 e 2.686, de 19-12-55) ..	298.267.320
2) Aos aeroclubes e escolas de aviação (Decreto n.º 11.278, de 8-1-43)	40.000.000
3) As empresas brasileiras concessionárias de transporte aéreo que mantenham linhas na conformidade do Decreto-Lei n.º 9.793, de 6-9-45 ..	21.000.000
4) Para atender ao disposto na Lei n.º 3.039, de 20-12-1956:	
1) Reequipamento das empresas nacionais de transporte aéreo, concessionárias de linhas regulares (art. 1.º, § 1.º) ..	450.000.000
2) Reequipamento das empresas de taxi-aéreo (art. 8.º)	20.000.000

Total da Consignação 2.1.00

8.657.320

CONSIGNAÇÃO 2.3.00 — Inativos

Subconsignações:

2.3.01 — Funcionários aposentados e jubilados; reformados, inválidos, asilados e pessoal da reserva	515.000.000
2.3.06 — Abono de família	40.000.000
Total da Consignação 2.3.00	541.500.000

CONSIGNAÇÃO 2.4.00 — Pensionistas

Subconsignações:

2.4.03 — Abono provisório e novas pensões ..	23.000.000
Total da Consignação 2.4.00	23.000.000

CONSIGNAÇÃO 2.6.00 — Transferências Diversas

Subconsignações:

2.6.03 — Juros de empréstimos para obras, equipamentos e aquisição de imóveis	
1) Pagamento de juros do valor da compra do edifício-sede do Ministério	1.000.000
2.6.05 — Diversos	
1) Financiamento da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Aeronáutica (Lei n.º 2.321, de 11 de setembro de 1954)	50.000.000
2) Para construção, instalação, melhoramento, ampliação e equipamentos de campos de pouso, em cooperação com o DNER, outro órgão do Governo Federal, do Estado ou com as Prefeituras Municipais:	
02) Anadia, Arapiraca, Batalha, Colônia, Leopoldina, Delmiro Gouveia, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Mata Grande, Major Isidoro, Matriz de Camaragibe, Olho d'Água das Flores, Piasabaçu, Porto Calvo, Porto de Pedras, Piranhas, São José da Lage, Santana do Ipanema, São Brás, Traipu, Viçosa	1.050.000

4.12 — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

1) Campo de Povo 1.662.500

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

04) Amazonas

05) Bahia

Alcobaça, Água Fria (Alcobaça), Alagoinhas, Andaraí, Brumado, Castro, Alves, Cachoeira, Cairu, Camamu, Cícero Dantas, Caetité, Camacã, Coaraci, Caldas do Cipó, Conde, Entre Rios, Euclides da Cunha, Espanada, Feira de Santana, Ibicarai, Itacaré, Itapebi, Ibipecuba, Ituberá, Ipirá, Ibitiara, Jaquaguara, Jeremoabo, Lençóis, Macarani, Marau, Maracás, Mata de São João, Morro do Chapéu, Monte Santo, Mucuri, Muritiba, Mucugê, Nilo Peçanha, Palmeiras, Paramirim, Piauí, Poções, Porto Seguro, Prado, Pojuca, Rui Barbosa, Rio de Contas, Riachão do Jacuipe, Ribeira do Pombal, Santa Cruz Cabralia, Seabra, Serinha, Tapeiro, Tucano, Ubaitaba, Una, Valença

2.275.000

06) Ceará

Acopiara, Acarau, Aiuaíba, Araripe, Aracati, Assaré, Amontada, Arneiroz, Bela Cruz, Campos Sales, Campos do Uriá (Quixeramobim), Cedro, Coreau, Curu, Guaramiranga, Granja, Itaira, Itapipoca, Ipu, Ipueiras, Iracema, Irauçuba, Jaguaratama, Limoeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Monsenhor Tabosa, Mombaca, Marco, Morada Nova, Morrinho, Nova Olinda, Nova Russas, Pacajus, Pedra Branca, Pereiro, Quixerê, Redenção, Santana do Cariri, Santana do Acau, Santa Quitéria, São Benedito, Saboeiro, São Gonçalo do Amarante, Solonopole, Trairi, Tamboril, Tauá, Várzea Alegre

1.662.500

07) Distrito Federal

Aeródromo de Manguinhos do Aeroclube do Brasil

500.000

08) Espírito Santo

Alegre, Baixo Guandu, Castelo, Iuna, Itaguaçu, Linhares, Muniz Freire, Nova Venécia, Santa Teresinha

875.000

09) Goiás

Almas (Município Natividade), Aloândia, Amilândia, Anicuns, Arraias, Aurilândia, Babalândia, Buriti Alegre, Cavalcante, Caldas Novas, Corumbá de Goiás, Crixás, Cachoeira de Goiás, Campos Belos, Corrego do Ouro, Chambioá (Mun. de Araguatins), Caiçara (Mun. de Goiás), Chapada (Mun. Natividade), Cristalina, Corumbaba, Diolândia (Mun. Carmo do Rio Verde), Duerê, Firminópolis, Fazenda Nova, Formoso (Amaro Leite), Goiandira, Goianésia, Goiás, Goiatuba, Goianorte (Araguacema), Gurupi (Mun. Porto Nacional), Hidrolina (Mun. Pilar de Goiás), Itapuranga, Itapaci, Iporá, Ipameri, Itacajá, Itaporã (Mun. Araguacema), Itaguatins, Itumbiara, Jaraguá, Lisarda, Miracema do Norte, Mossamedes, Mimoso (Mun. de Niquelândia), Morrinhos, Niquelândia, Natividade, Ouvidor, Posse, Pirenópolis, Pontalina, Petrolina de Goiás, Paranaíba de Goiás, Rubiataba, São Domingos, São Luís de

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

Montes Belos, Sítio d'Abadia, São Sebastião (Mun. de Araguatins), Tupirama, Trombas (Mun. de Amaro Leite), Taquatinga, Urutina, Veadeiros, Vianópolis

1.575.000

11) Maranhão

Achui, Alcântara, Alto Parnaíba, Arari, Balsas, Barão de Grajaú, Barreirinhas, Benedito Leite, Brejo, Cajari, Cajapió, Cândido Mendes, Caxias, Carrapatal, Cedro, Centro dos Pedrosas, Colinas, Duque Bacelar, Esperantinópolis, Guimarães, Humberto de Campos, Icatu, Imperatriz, IPIXUNA, Itapicuru-Mirim, Loreto, Lago da Pedra, Matinha, Magalhães de Almeida, Matões, Montes Altos, Monção, Morros, Mirador, Pedreiras, Penalva, Pindaré Mirim, Passagem Franca, Presidente Dutra, Paraibano, Pirapemas, Primeira Cruz, Parnaramia, Pastos Bons, Peri-Mirim, Porto Franco, Rampa, Riachão, São Domingos do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, Santa Clara, São Vicente, Ferrer, Turiaçu, Timbiras, Tutóia, Satubinha (Vitória do Mearim), Urbano Santos, Vitória do Mearim, Vitorino Freire, Vargem Grande, Viana

1.575.000

12) Mato Grosso

Altô Collé, Alto Garças, Amambai, Arenópolis, Água Clara, Aparecida do Taboado, Barra do Bugres, Barra do Garças, Barão de Melgaço, Cassilândia, Camapuã, Nortelândia, Ponte Branca, Poxoreu, Parnaíba, Rio Verde de Mato Grosso, Ribas do Rio Pardo

1.575.000

13) Minas Gerais

Araçuaí, Além Paraíba, Aguas Formosas, Abaeté, Açucena, Bicas, Bom Despacho, Brasília, Bueno Brandão, Boa Esperança, Conselheiro Lafaiete, Cachoeira de Minas, Candeias, Coração de Jesus, Caldas, Caxambu, Carlos Chagas, Campo Belo, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Pena, Conquista, Campina Verde, Congonhas, Dões do Indaiá, Dom Joaquim, Espinosa, Estrêla do Sul, Frutal, Francisco Sá, Ferros, Grão Mogol, Guaxupé, Guanhães, Itamarandiba, Itinga, Ipanema, Indianópolis, Itaúna, Itajubá, Joazeiro, Juiz de Fora, Jequitinhonha, Minas Novas, Mariana, Muriaé, Maxacalis, Machado, Manhumirim, Mutum, Montes Claros, Nova Era, Ouro Preto, Ouro Fino, Paracatu, Parelópolis, Porteirinha, Paraguaçu, Peçanha, Pitangui, Pompeu, Pratinha, Piranga, Paraopeba, Rio Pomba, Rio Espera, Santa Rita, do Sapucaí, Sabinópolis, Sete Lagoas, Silvianópolis, São Domingos do Prata (Vargem Linda), São João Nepomuceno, Salto da Divisa, Salinas, São João do Paraíso, São Francisco, São João Del Rei, São Gotardo, São Sebastião do Paraíso, São João da Ponte, Santo Antônio do Monte, Tiros, Turmalina, Telobras, Teófilo Otoni, Tupaciguara, Três Pontas, Ubá, Unaí, Virgem da Lapa

1.575.000

9.12 -- MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$14) Pará
1) Campo de Pouso 1.050.00015) Paraíba
Araruna, Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Antenor Navarro, Brejo do Cruz, Bananeiras, Cabaceiras, Conceição, Calçara, Esperança, Guarabira, Juazeirinho, Misericórdia, Monteiro, Pombal, Princesa Isabel, Pilar, Piancó, Pilões, Picuí, Santa Luzia, Sapé, Sousa, Solânea, Taperoá, Teixeira 1.600.00016) Paraná
Astorga, Caldas, Castro, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Guaíra, Irati, Lapa, Mallét, Nova Esperança, Palmeira, Pirai do Sul, São Mateus do Sul 1.400.00017) Pernambuco
Arapirina, Afrânio, Alagoinha, Betânia, Cabrobó, Custódia, Exu, Escada, Ipubi, Joaquim Nabuco, Lajedo, Nazaré da Mata, Poção, Petrolândia, Santa Maria do Boa Vista, São José do Egito, Surubim, Sanharó, Tuparetama, Tabira, Taquaritinga do Norte, Encanta Moça 1.907.500
1.000.00018) Piauí
Água Branca, Amarante, Angical do Piauí, Alto Longá, Beneditinos, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Bom Jesus de Gurgueia, Canto do Buriti, Curimatá, Campo Maior, Castelo do Piauí, Caracol, Corrente, Cristino Castro, Cocal, Esperantina, Elesbão Veloso, Fronteiras, Itaueira, Inhumas, Itainópolis, Jerumenha, José de Freitas, Jacós, Luzilândia, Miguel Alves, Oeiras, Pio IX, Parnaíba, Piraçuruca, Pimenteiras, Pedro II, Pimenteiras, Pôrto, Paulistana, Palmeiras, Ribeiro Gonçalves, São Félix do Piauí, São Miguel do Tapulo, Santa Filomena, S. Pedro do Piauí, Uruçuí, Valença do Piauí 1.225.00020) Rio de Janeiro
Angra dos Reis, Bom Jesus do Itabapoana, Barra Mansa, Cantagalo, Mangaratiba, Miracema, Marquês de Valença, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Parati, Paraíba do Sul, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua 1.975.00021) Rio Grande do Norte
Alfonso Bezerra, Alexandria, Augusto Severo, Angicos, Ceará Corá, Florânia, Lages, Luiz Gomes, Macaú, Nova Cruz, Paraisópolis, São Tomé, Santana do Matos, São Miguel, Santa Cruz, Serra Negra do Norte, São Paulo do Potengi, Santo Antônio, São José do Campestre, Serra Caiada, Touros 875.00022) Rio Grande do Sul
Antônio Prado, Arroio Grande, Caçapava do Sul, Caxias do Sul, Canela, Erval, Estrela, Encruzilhada do Sul, Espumoso, Frederico Westphalen, Farroupilha, Garibaldi, Guaporé, Getúlio Vargas, Gramado, Itaqui, Ibirubá, Irajá, Lagoa Vermelha, Lavras do Sul, Marcelino, Ramos, Nova Prata, Não-me-Toque, Pinheiro Machado, Piratini, Passo Fundo, Rolante, São Francisco de Assis, Santiago, Sarandi, São Sepé, São José do Norte, Santa Rosa, Tapera, Taquara, Tupanciretã, Veranópolis 1.942.50023) Rondônia
Campos de Pousa 200.00024) Santa Catarina
Bom Retiro, Blumenau, Caçador, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Pôrto União, Palmitos, Lontras (Município de Rio do Sul), São Joaquim, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, Tijucas, Xanxerê 1.125.00025) São Paulo
Aguai, Américo de Campos, Amparo, Anhembí, Agudos, Avaré, Adamantina, Altinópolis, Bananal, Bonito, Bocaina (em S. José Barreiro), Bebedouro, Bofete Bariri, Cunha, Cruzeiro, Cajuru, Capão Bonito, Cachoeira Paulista, Caconde, Caraguatatuba, Cardoso Casa Branca, Cerqueira Cesar, Conchas, Cajobi, Cubatão, Cordeirópolis, Cananéia, Dourado, Dois Córregos, Eldorado, Fernandópolis, Guaracá, Guaratinguetá, Gracianópolis, Guarujá, Itapuí, Itanhaém, Itapira, Ituverava, Itapetininga, Ibiúna, Ilha Bela, Ibirá, Iguape, Itapeva, Itatinga, Itaporanga, Ibitinga, Itapópolis, Ipaçu, Irapuru, Itatoba, Jacaré, Jales, Jundiá, Jd. Juquid, Jacupiranga, Jambéiro, Lorena, Laranjal Paulista, Lençóis Paulista, Lucélia, Linópolis, Mogi das Cruzes, Monteiro Lobato, Mococa, Monte Azul Paulista, Marília, Miguelópolis, Monte Alto, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Mirassol, Miracatu, Nova Granada, Natividade da Serra, Nhanderara, Novo Horizonte, Olímpia, Orlândia, Osvaldo Cruz, Pindamonhangaba, Piquete, Paraíba, Piedade, Palestina, Pongai, Pirajui, Paraguaçu Paulista, Pereiras, Piracicaba, Presidente Epitácio, Panorama, Pinhal, Pedro de Toledo, Pompéia, Queluz, Quatã, Ribeirão Bonito, Riolândia, Rancharia, Registro, Rinópolis, Taubaté, Tietê, Tapiratiba, Tatui, Tanabi, Ubatuba, Urupês, Valentin Gentil, Vargem Grande do Sul, Vera Cruz, Votuporanga, Socorro, Salto de Pirapora, Salesópolis, São Sebastião, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, São Roque, Silveiras, São Luís do Paraitinga, São Carlos, Santa Bárbara do Rio Pardo, São José do Rio Preto, Santa Fé do Sul, São José do Rio Pardo, São Vicente, Sorocaba, São Manuel, Santo Anastácio 1.200.00026) Sergipe
Estância, Itabaiana, N. S. das Dores, Tobias Barreto 875.000 38.800.000

Total da Consignação 1.6.00 46.500.000

Total da Verba 2.0.00 1.482.657.520

Total das Despesas Ordinárias 8.027.631.960

4.12 — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

DESPESAS DE CAPITAL

VERBA 3.0.00 — DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO E SOCIALCONSIGNAÇÃO 3.1.00 — Serviços em Regime
Especial de Financiamento

Sub-consignações:

3.1.03 — Desenvolvimento da produção

- 1 — Manutenção das Granjas e Fazendas do Ministério

5.000.000

3.1.13 — Fundo Aeronáutico

- 1 — 15% do produto da taxa de despacho aduaneiro (art. 66 da Lei n.º 3.244, de 14-8-57)

450.000.000

Total da Consignação 3.1.00

455.000.000

Total da Verba 3.0.00

455.000.000

VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS

CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras

Sub-consignações:

4.1.01 — Estudos e projetos

7.000.000

4.1.02 — Início de obras:

- 1) Início de obras, sendo Cr\$ 5.000.000 para a Colônia de Férias, da Quarta Zona Aérea, em São Sebastião da Gramma — Estado de São Paulo

25.000.000

4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras:

- 1) Prosseguimento e conclusão de obras

200.000.000

- 2) Prosseguimento das obras de ampliação da Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica de Barbacena

5.000.000

- 3) Obras no Centro Técnico de Aeronáutica, S. José dos Campos, exclusive aeroporto

10.000.000

- 4) Prosseguimento das obras dos seguintes hospitais da Aeronáutica:

Hospital de Natal	3.600.000
Hospital de Salvador	8.000.000
Hospital de São Paulo	10.000.000
Hospital de Recife	10.000.000
Hospital de Porto Alegre	8.000.000
Hospital de Fortaleza	2.000.000

41.600.000

- 5) Diretamente, em convênio com o DNER ou outro órgão do Governo Federal ou em colaboração com o Estado ou a Prefeitura, a construção de pistas de terra, ampliação, encascalhamento, estação de passageiros e obras de acesso aos aeroportos, nas seguintes localidades:

01) Acre

Brasília, Feijó, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri ..

1.500.000

02) Alagoas

Palmeira dos Índios

1.600.000

03) Amapá

Macapá

2.000.000

04) Amazonas

Eirunepé, Manicoré

2.000.000

05) Bahia

Belmonte, Cipó, Gandu, Ipiatã, Itaberaba, Itambé, Itabuna, Jequié, Santo Antônio de Jesus, Vitória da Conquista, Xique-Xique ..

5.600.000

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

06) Ceará

Camocim, Cariri, Crato, Iguatu, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Viçosa do Ceará

4.000.000

08) Espírito Santo

Colatina

5.000.000

São Mateus

2.000.000

10) Goiás

Ceres, Dianópolis, Pires do Rio, Rio Verde

4.000.000

11) Maranhão

Barra do Corda, Buriti, Carutapera, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Cururupú, São Bento

3.300.000

12) Mato Grosso

Aquidauana, Bela Vista, Cáceres, Coxim, Dourados, Guiratinga, Maracaju, Ponta Porã, Porto Murtinho, Três Lagoas

3.000.000

13) Minas Gerais

Aifenas, Almenara, Caratinga, Curvelo, Formiga, Ituiutaba, Lavras, Leopoldina, Monte Carmelo, Nanuque, Passos, Patrocínio, Pedra Azul, Ponte Nova, Três Corações, Varginha

4.750.000

Diamantina

1.000.000

Poços de Caldas

2.500.000

14) Pará

Alenquer, Altamira, Bragança, Chaves, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Santarém ..

3.000.000

15) Paraíba

Brejo das Freiras, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos

2.000.000

16) Paraná

Assaí, Cascavel, Ibaiti, Jacaré, Jangadeira, Jangadeira, Jangadeira, Jangadeira ..

5.000.000

17) Pernambuco

Caruaru, Garanhuns, Ouricuri, Pesqueira, Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada

5.000.000

18) Piauí

Floriano, Gilbués, Picos, São Raimundo Nonato

3.000.000

20) Rio de Janeiro

Itaperuna, Macaé, Parati

2.000.000

21) Rio Grande do Norte

Caicó

2.000.000

22) Rio Grande do Sul

Arroio do Meio, Garibaldi, Encantado, Júlio de Castilhos, Lajeado, Livramento, Palmeira das Missões, São Borja, São Luís Gonzaga, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Soledade, Três Passos ..

6.000.000

23) Rondônia

Forte Príncipe, da Beira, Guajará-Mirim, Porto Velho, Rondônia ..

1.500.000

24) Santa Catarina

Araquá, Campos Novos, Chapecó, Criciúma, Curitiba, Lajes, Rio do Sul, Tubarão, Videira ..

4.200.000

25) São Paulo

Americana, Andradina, Assis, Barretos, Birigui, Botucatu, Campos do Jordão, Catanduva, Dracena, Franca, Guararapes, Itararé, Lins, Marília, Ourinhos, ..

4.12 -- MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

Penápolis, Piraju, Presidente
Venceslau, Rio Claro, Santa Cruz
do Rio Pardo, São João da
Boa Vista, São José dos Campos

6.600.000

26) Sergipe

Própria 1.700.000

84.250.000

6) Diretamente em convênio com o
DNER, ou outro órgão do Go-
verno Federal, ou colaboração
com o Estado, a ampliação e pa-
vimentação de pistas, pátios, cons-
trução de estação de passageiros
e obras de acesso dos seguintes
aeroporos:

Anápolis	10.000.000
Aracaju	10.000.000
Araçatuba	10.000.000
Araguari	10.000.000
Bage	10.000.000
Belém	10.000.000
Bauru	10.000.000
Brasília	30.000.000
Campina Grande	10.000.000
Campos	10.000.000
Campinas	20.000.000
Canavieiras	8.000.000
Carolina	10.000.000
Corumbá (inclusive desapropria- ção)	20.000.000
Cuiabá	15.000.000
Erechim	10.000.000
Fortaleza	10.000.000
Goiânia	30.000.000
Governador Valadares	15.000.000
Guaíba	30.000.000
Itajaí	10.000.000
Joinville	15.000.000
João Pessoa (prolongamento da pista, pátio e balisamento no- turno)	10.000.000
Joazeiro	10.000.000
Maringá	15.000.000
Mossoró	10.000.000
Parnaíba	15.000.000
Pelotas	15.000.000
Ponta Grossa	10.000.000
Presidente Prudente	10.000.000
Ribeirão Preto	15.000.000
Santa Maria	10.000.000
Teresina	15.000.000
Tupã	10.000.000
Uberaba	10.000.000
Uberlândia	10.000.000
Uruguaiana	10.000.000
Vitória	10.000.000
Total da Consignação 4.1.00	498.000.000

4.1.04 -- Reparos, adaptações, conservação e
despesas de emergência com bens
móveis

30.000.000

Total da Consignação 4.1.00

900.850.000

CONSIGNAÇÃO 4.2.00 -- Equipamentos e
Instalações

Subconsignações:

4.2.01 -- Máquinas, motores e aparelhos	70.000.000
4.2.02 -- Automóveis de passageiros	1.000.000
4.2.03 -- Camionetas de passageiros, ônibus, ambulâncias e "jeeps"	8.000.000
4.2.04 -- Autocaminhões, auto-bombas; camio- netas de carga; auto-socorro	20.000.000
4.2.06 -- Tratores; equipamentos para toda- vias; implementos agrícolas	25.000.000
4.2.07 -- Aeronaves	300.000.000
4.2.08 -- Embarcações e material flutuante, dra- gas e material de dragagem	5.000.000
4.2.10 -- Instalações e equipamentos para obras	
1 -- Modernização e aparelhamento dos serviços de segurança e pro- teção ao voo, da Diretoria de Rotas Aéreas	150.000.000
2 -- Para instalações elétricas hi- dráulicas, telefônicas, de abaste- cimento d'água e de balisamento noturno nas unidades de Aero- nautica, inclusive aeroportos ci- vis e militares	50.000.000

Total da Consignação 4.2.00

629.000.000

CONSIGNAÇÃO 4.3.00 -- Desapropriação e
Aquisição de Imóveis

Subconsignações:

4.3.02 -- Prosseguimento e conclusão da de- sapropriação e aquisição de imóveis	20.000.000
--	------------

Total da Consignação 4.3.00

20.000.000

Total da Verba 4.0.00

1.549.850.000

VERBA 6.0.00 -- AMORTIZAÇÃO DA

DÍVIDA PÚBLICA

CONSIGNAÇÃO 6.2.00 -- Dívida Interna

Subconsignações:

6.2.03 -- Diversos

1 -- Amortização do valor da com- pra do edifício-sede do Minis- tério	19.000.000
--	------------

Total da Consignação 6.2.03

19.000.000

Total da Verba 6.0.00

19.000.000

Total das Despesas de Capital

2.023.850.000

Total Geral

10.051.471.320

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 4.180-B, de 1958

(Projeto n.º 4.180-B, de 1958 na Câmara dos Deputados)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959

4.19 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

(Demonstração da Despesa por Verbas e Consignações)

DESPESAS ORDINARIAS	Fixa Cr\$	Variável Cr\$	Total Cr\$
Consignações:			
1.1.00 — Pessoal Civil	121.953.000	322.274.160	444.227.160
1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação	—	13.045.000	13.045.000
1.4.00 — Material Permanente	—	4.110.000	4.110.000
1.5.00 — Serviços de Terceiros	—	44.523.200	44.523.200
1.6.00 — Encargos Diversos	—	95.095.300	95.095.300
Total da Verba 1.0.00	121.953.000	479.047.660	601.000.660
VERBA 2.0.00 — Transferências			
Consignações:			
2.1.00 — Auxílios e Subvenções		69.776.880	69.776.880
Total da Verba 2.0.00		69.776.880	69.776.880
Total das Despesas Ordinárias		670.777.540	
DESPESAS DE CAPITAL			
VERBA 4.0.00 — Investimento			
Consignações:			
4.1.00 — Obras		9.000.000	9.000.000
4.2.00 — Equipamentos e Instalações		2.600.000	2.600.000
4.3.00 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis		9.500.000	9.500.000
Total da Verba 4.0.00		21.100.000	21.100.000
Total das Despesas de Capital		21.100.000	
Total Geral		691.877.540	

4.19 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

(Demonstrações da Despesa por Unidades)

UNIDADES	DESPESAS (Cr\$)		
	Ordinárias	De Capital	Total
D1 — Secretaria de Estado	553.599.540	20.800.000	574.399.540
D2 — Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	91.668.000	300.000	91.968.000
D3 — Instituto Rio Branco	4.810.000	--	4.810.000
D4 — Comissões Brasileira Demarcadoras de Limites	20.700.000	--	20.700.000
Total :	670.777.540	21.100.000	691.877.540

4.19 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

4.19 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
01 — SECRETARIA DE ESTADO

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
DESPESAS ORDINARIAS		
VERBA 1 0.00 — CUSTEIO		
CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil		
Subconsignações:		
1.1.01 — Vencimentos	107.620.800	
1.1.04 — Salários de mensalistas		28.063.600
1.1.05 — Salários de contratados		1.800.000
1.1.06 — Salários de tarefeiros		780.000
1.1.07 — Auxílio para diferenças de caixa ..	13.800	
1.1.08 — Auxílio doença		100.000
1.1.09 — Ajuda de custo		10.000.000
1.1.10 — Diárias		2.700.000
1.1.11 — Substituições		200.000
1.1.12 — Diferença de vencimentos ou salários		418.800
1.1.13 — Pessoal em disponibilidade		251.340
1.1.14 — Salário-família		4.944.000
1.1.15 — Gratificação de função	2.618.400	
1.1.17 — Gratificação pela prestação de ser- viço extraordinário		250.000
1.1.18 — Gratificação pela representação de gabinete		600.000
1.1.20 — Gratificação pela execução de tra- balho de natureza especial, com risco de vida ou saúde		126.420
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço	11.700.000	
1.1.26 — Gratificação de representação ...		185.040.000
1.1.27 — Diversos		
1) Auxílio para transporte de pes- soal diplomático (Decreto-lei n.º 9.202, de 26-4-1946)		32.000.000
	121.953.000	267.274.160
Total da Consignação 1.1.00	389.227.160	

CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação

Subconsignações:

1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, en- sino e educação	3.245.000
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção	650.000
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	800.000
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos	700.000
1.3.10 — Matérias primas e produtos manu- faturados ou semimanufaturados des- tinados a qualquer transformação ..	700.000

		DOTAÇÃO Variável Cr\$
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, far- macêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos labo- ratórios		100.000
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		1.300.000
Total da Consignação 1.3.00		7.845.000
CONSIGNAÇÃO 1.4.00 — Material Permanente		
Subconsignações:		
1.4.03 — Material bibliográfico em geral: filmes		500.000
1.4.04 — Ferramentas e utensílios de oficinas		180.000
1.4.05 — Materiais e acessórios para instala- ções elétricas		70.000
1.4.06 — Material e acessórios para instala- ção e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de ca- nalização e de sinalização; material para extinção de incêndio		1.750.000
1.4.08 — Material artístico; instrumentos de música; insígnias, flâmulas e ban- deiras		300.000
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormi- tórios e enfermarias		170.000
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e ga- binete técnico ou científico		300.000
1.4.12 — Mobiliário em geral		600.000
1.4.13 — Objetos históricos e obras de arte; es- pécimes e outras peças destinadas a coleções de qualquer natureza		240.000
Total da Consignação 1.4.00		4.110.000
CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros		
Subconsignações:		
1.5.01 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais em geral		250.000
1.5.02 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens		85.000
1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas ..		150.000
1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás		1.000.000
1.5.05 — Serviço de asseio e higiene; taxas de água, esgoto e lixo		450.000
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis		1.400.000
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação		3.000.000
1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal, assinatura de caixas postais		10.000.000
1.5.13 — Seguros em geral		188.200
Total da Consignação 1.5.00		16.528.200

4.19 -- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DOTAÇÃO Variável Cr\$		DOTAÇÃO Variável Cr\$	
CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos		VERBA 2.0.00 — TRANSFERÊNCIAS	
Subconsignações:		CONSIGNAÇÃO 2.1.00 — Auxílios e Subvenções	
1.6.01 — Despesas imediatas de pronto pagamento		Subconsignações:	
1.6.03 — Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas		2.1.01 — Auxílios	
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens		1) Auxílios, conforme discriminação constante do Adendo A ..	
1.6.10 — Serviços de caráter secreto ou reservado		2) Para atender a eventual aumento do valor de cotas do auxílio, previsto nesta subconsignação ...	
1.6.13 — Serviços educativos e culturais		2.1.02 — Subvenções ordinárias	
1) Para atender às despesas resultantes de convênios culturais, bolsas escolares, abonos a professores brasileiros no exterior, manutenção de centros de estudos no exterior e outras correlatas		1) Subvenções a entidades de cooperação internacional, conforme discriminação do Adendo B	
2) Ajuda a estudantes brasileiros no exterior		Total da Consignação 2.1.00	
3) Serviços de difusão cultural no exterior		Total da Verba 2.0.00	
4) Para a Comissão de Estudos dos textos de História do Brasil		Total das Despesas Ordinárias	
5) Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty		DESPESAS DE CAPITAL	
1.6.15 — Representação e propaganda no exterior		VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS	
1) Representação em Congressos, Conferências e Reuniões:		CONSIGNAÇÃO 4.1.00 — Obras	
1) a se realizarem no Brasil		Subconsignações:	
2) a se realizarem no exterior		4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência, com bens imóveis	
2) Representação no «National Research Council» U.S.A. (Washington)		Total da Consignação 4.1.00	
3) Para serviços de propaganda no Consulado do Brasil em Nova York		CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos e instalações	
4) Representação no «Comité de Ação Cultural da Organização dos Estados Americanos» ...		Subconsignações:	
1.6.17 — Serviços de assistência social		4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos ..	
1.6.24 — Diversos		4.2.02 — Automóveis de passageiros	
1) Órgãos mistos de cooperação econômica internacional		4.2.03 — Camionetas de passageiros, ônibus, ambulâncias e jeeps	
2) Para custeio das atividades da Comissão Nacional de Assistência Técnica, especialmente as relacionadas com a execução, no Brasil, do programa de assistência técnica da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos e dos programas bilaterais de assistência técnica		4.2.04 — Autocaminhões, autobombas; camionetas de carga; auto-socorro	
3) Para pagamento da meação sobre emolumentos consulares (Decreto-lei nº 9.202, de 26 de abril de 1946)		Total da Consignação 4.2.00	
4) Despesas de qualquer natureza com a manutenção da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (Decreto-lei número 891, de 25-11-1938) ...		CONSIGNAÇÃO 4.3.00 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis	
Total da Consignação 1.6.00		Subconsignações:	
Total da Verba 1.0.00		4.3.01 — Início da desapropriação e aquisição de imóveis	
		4.3.02 — Prosseguimento e conclusão da desapropriação e aquisição de imóveis	
		Total da Consignação 4.3.00	
		Total da Verba 4.0.00	
		Total das Despesas de Capital	
		Total Geral	

ADENDO A

1) Agência Internacional de Energia Atômica	1.203.250
2) Associação Internacional do Câncer Científico	3.550
3) Associação Internacional Permanente dos Congressos de Navegação	29.000
4) Associação Permanente dos Congressos Panamericanos de Estradas de Ferro	35.100
5) Bureau da Comissão Permanente dos Congressos Internacionais de Medicina Veterinária — Haia	4.300
6) Bureau Hidrográfico Internacional	55.400
7) Bureau Internacional de Pesos e Medidas	131.500
8) Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais	6.000.000
9) Comissão Interina de Organização Internacional do Comércio	226.000
10) Comissão Internacional de Pesca à Baleia	10.650
11) Comissão Permanente Interamericana de Segurança Social	57.000
12) Comitê Consultivo Internacional do Algodão	103.550
13) Comitê Interamericano Permanente Anti-Acrídiano	10.500
14) Comitê Internacional da Cruz Vermelha	29.000
15) Comitê Provisório Intergovernamental para Movimentos Migratórios da Europa (CIME)	2.550.000
16) Conselho Internacional do Trigo	35.000
17) Cômite Permanente de Arbitragem	24.600
18) Federação Internacional Veterinária de Zootécnica	4.750
19) Fundo Internacional de Socorro à Infância	9.000.000
20) Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura ..	1.000.000
21) Instituto Indigenista Interamericano	90.800
22) Instituto Interamericano da Criança	94.100
23) Instituto Internacional de Ciências Administrativas	500.000
24) Instituto Internacional de Estatística	10.100
25) Instituto Internacional do Frio	50.000
26) Instituto Latino Americano de Investigação e Treinamento Florestal	200.000
27) Instituto Panamericano de Geografia e História	402.000
28) Instituto para Unificação do Direito Privado	4.350
29) Organização das Nações Unidas (ONU)	12.000.000
30) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	2.250.000
31) Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)	2.400.000
32) Organização dos Estados Americanos (OEA)	7.950.000
33) Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal	80.000
34) Organização Internacional de Aviação Civil (OACI) ..	1.300.000
35) Organização Internacional de Normas Técnicas	30.150
36) Organização Internacional do Trabalho (OIT)	2.900.000
37) Organização Meteorológica Mundial (OMM)	153.000
38) Organização Mundial de Saúde (OMS)	3.490.000
39) Organização Mundial para a Proteção Social dos Cegos ..	2.500
40) Programa Ampliado de Assistência Técnica da ONU ..	4.800.000
41) Programa de Cooperação Técnica da OEA	3.600.000
42) Repartição Interamericana de Telecomunicações	12.900
43) Repartição Internacional de Epizótias	61.500
44) Repartição Internacional de Tarifas Aduaneiras	46.600
45) Repartição Internacional para Proteção da Propriedade Industrial	50.000
46) Repartição Internacional para a Proteção das Obras Artísticas e Literárias	42.600
47) Repartição Sanitária Panamericana	3.350.000
48) Sociedade Internacional de Criminologia	30.000
49) União Geográfica Internacional	28.230
50) União Internacional contra o Câncer	9.500
51) União Internacional das Ciências Biológicas	3.500
52) União Internacional de Química	15.100
53) União Interparlamentar	100.000
54) Grupo Brasileiro filiado à União Interparlamentar	100.000
55) União Latina	187.300
Total	66.857.380

ADENDO B

	Cr\$
1) Câmara de Comércio Anglo-brasileira	78.200
2) Câmara de Comércio Argentino-brasileira	78.200
3) Câmara de Comércio Belgo-brasileira	94.100
4) Câmara de Comércio Hispano-brasileira de Barcelona ..	37.700
5) Câmara de Comércio Suíço-brasileira	37.700
6) Câmara de Comércio Uruguaio-brasileira	78.200
7) Centro de Estudos Brasileiros de Munique	5.650
8) Comitê Nacional Brasileiro de Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP)	5.050
9) Conselho Internacional de Música Popular	2.650
10) Cursos de Assuntos Brasileiros na Universidade de Kobe ..	5.650
11) Instituto Brasileiro de Relações Internacionais	1.000.000
12) Instituto de Estudos Brasileiros de Coimbra	13.200
13) Instituto Italo-Brasileiro de Roma	10.400
14) Instituto Luso-Brasileiro de Lisboa	13.200
15) Instituto Luso-Brasileiro da Sorbone	22.600
16) Instituto Germano-Brasileiro	18.850
17) Sociedade Anglo-Brasileira	28.250
18) Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal ...	10.000
19) União Belgo-brasileira	22.600
20) Associação Americano-Brasileiro	75.300
21) Instituto de Organização Racional do Trabalho	2.000
22) Sociedade Internacional de Criminologia	30.000
23) Comissão Internacional de Polícia Criminal	50.000
24) Organizações não Governamentais	150.000
25) Instituto Brasileiro de Direito Financeiro (Filial a IFA.) ..	50.000
Total	1.919.500

02 — MISSÕES DIPLOMATICAS E REPARTIÇÕES CONSULARES

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

VERBA 1.0.00 — CUSTEIO

CONSIGNAÇÃO 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:	
1.1.05 — Salários de contratados	55.000.000
Total da Consignação 1.1.00	55.000.000

CONSIGNAÇÃO 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação

Subconsignações:	
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	5.200.000
Total da Consignação 1.3.00	5.200.000

CONSIGNAÇÃO 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignações:	
1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis, foros	28.000.000
Total da Consignação 1.5.00	28.000.000

CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignações:	
1.6.23 — Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos	
1) Novas instalações e reformas das existentes, nas Missões diplomáticas e repartições consulares ..	3.468.000
Total da Consignação 1.6.00	3.468.000
Total da Verba 1.0.00	91.668.000
Total das Despesas Ordinárias	91.668.000

4.19 — MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

DESPESAS DE CAPITAL

VERBA 4.0.00 — INVESTIMENTOS

CONSIGNAÇÃO 4.2.00 — Equipamentos
e Instalações

Subconsignações:

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	300.000
Total da Consignação 4.2.00	300.000
Total da Verba 4.0.00	300.000
Total das Despesas de Capital	300.000
Total Geral	91.968.000

03 — INSTITUTO RIO BRANCO

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

DESPESAS ORDINARIAS

VERBA 1.0.00 — CUSTEIO

CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignações:

1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	4.810.000
Total da Consignação 1.6.00	4.810.000
Total da Verba 1.0.00	4.810.000
Total das Despesas Ordinárias	4.810.000
Total Geral	4.810.000

A. Comissão de Finanças.

04 — COMISSÕES BRASILEIRAS DEMARCADORAS DE LIMITES

DOTAÇÃO
Variável
Cr\$

DESPESAS ORDINARIAS

VERBA 1.0.00 — CUSTEIO

CONSIGNAÇÃO 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignações:

1.6.12 — Expedições científicas; caracterização de fronteiras

1) Despesas de qualquer natureza com o funcionamento das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites (Decretos ns. 21.266, de 8-4-932 e 24.485, de 28-6-1934).

1) Primeira Divisão 10.500.000

2) Segunda Divisão 10.200.000

Total da Consignação 1.6.00 20.700.000

Total da Verba 1.0.00 20.700.000

Total das Despesas Ordinárias 20.700.000

Total Geral 20.700.000

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente. No dia 18 do corrente mês, aprovou o Plenário o requerimento dos nobres Senadores Filinto Müller, Mourão Vieira, Gilberto Marinho, Onofre Gomes, Paulo Fernandes, Gaspar Veiloso e Daniel Krieger, pelo qual ficou reservada a primeira parte da hora do expediente da presente sessão a homenagens às Forças Aéreas Brasileiras.

Dou a palavra ao nobre Senador Gomes de Oliveira, para falar em nome da Maioria.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, nada mais justo do que esta homenagem que o Senado presta ao Avião e a quem se associa com louvor entusiástico a Maioria desta Casa, em nome da qual tenho a honra de falar, por delegação do seu Ilustre Líder, Senador Filinto Müller, meu nobre amigo, cujo nome declino com prazer.

Mais do que em qualquer outra parte do mundo, no Brasil este não é apenas de festa para uma classe, mas de comemoração jublosa para toda a nação.

Foi um brasileiro que desvendou a nova era.

Santos Dumont que não era apenas um curioso, mas um convencido das possibilidades do domínio do ar pelo homem, conseguiu, de experiência em experiência, com riscos da própria vida, alçar-se do solo, primeiro com um aparelho mais pesado do que o ar, e depois, tornando-o dirigível, para os rumos que entendesse dar-lhe.

Daí, com essa demonstração das possibilidades do voo em aparelho construído pelo homem, o avião havia de elevar-se dos centímetros que Santos Dumont alcançara, a quilômetros, e até a estratosfera.

A sua velocidade que mal competia com a dos passos mais lentos, havia de vencer os ventos e competir com a velocidade do som, para ultrapassá-la de muito, sem falar nos telegrafos que, deixando de ser um avião, avança para uma concepção militar de poder aéreo.

E aí temos a aviação dos nossos dias, aperfeiçoando-se mais e mais, não apenas para fins militares, mas ainda e sobretudo, para fins pacíficos de comunicações e transporte, através de continentes e oceanos, vãos de circunavegação que aproxima homens e povos dos mais longínquos e separados quadrantes da terra.

E para nós, a aviação não é apenas um requinte de meios de transportes, como está sendo para os países europeus, de superfícies limitadas e já cortadas das mais modernas vias férreas e de rodagem.

Diz-se-ia que Santos Dumont, na obsessão de vencer os espaços, tivesse presente o problema da distância em sua Pátria que só um milagre preservara de fragmentação.

Mais avulta assim para os brasileiros, o seu feito e a sua glória.

O dia do Avião tem um sentido amplo que abrange quantos, no setor militar como civil, exercem sua atividade nos mistérios da aviação!

Mas o Ministério da Aeronáutica para exaltar a sua memória chamou a si o mister patriótico de cultivar a memória de Santos Dumont.

E ela o está fazendo com aquele acento cívico que as Forças Armadas sabem afervorar no culto das figuras que se fizeram caras ao coração dos seus compatriotas e se fizeram grandes no conceito do mundo.

Aos feitos dos seus aviadores, desvendando espaços e abrindo veredas

para a posse do nosso "hinterland", ou escrevendo heroísmo nos espaços da Itália, a Força Aérea Brasileira, levou para o escríto das duas glórias, a glória primeira em todos os tempos e em todo o mundo do brasileiro que inventou a aviação.

A elas pois a nossa reverência e congratulações pelo dia que elas tão bem comemoram, precedendo-o de cerimônias cívicas várias e encerrando-o com a parada aviatória, que encheu de ruídos empolgantes o nosso céu azul e comunicou aos nossos corações uma confortadora alegria patriótica. (Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Noves Filho, para falar em nome da Minoria.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, devo a fidalgo convite do nobre Líder da União Democrática Nacional nesta Casa, nosso eminente companheiro Senador João Vilasboas, a grande honra de falar em nome da Minoria do Senado, para rendermos as homenagens não somente da nossa admiração, mas, também, do nosso agradecimento de brasileiro, a quantos se deram, de inteligência, esforço e abnegação, no passado e no presente, para que a Aviação em nosso País fosse, realmente, o que é.

Voito, neste momento, o pensamento para tempos muito distantes, para aqueles momentos extraordinários de 1739, quando o Padre Bartholomeu de Gusmão, com o seu invento, rasgou a grande rota aos ares, que chegou aos nossos dias com tanta afirmação impressionante que é, sem favor, a Aviação Brasileira.

Posteriormente, em 1834, um nordestino, homem da minha região, o inolvidável Augusto Severo, realizou outro grande passo, dando utilidade sentido do que haveria de ser o Brasil no campo da aviação.

Em fins do Século passado, o incomparável gênio de Santos Dumont, revelando sua vocação, seus poderes, seu grande amor pela idéia que não abandonava, oferecia ao Mundo os primeiros indícios da extraordinária campanha a que ele se deu, coroada, em 1908, quando em Paris, na Cidade Luz, pôde concretizar seu ideal abrangendo o Mundo e reservando, com seu feito, um grande título para a inteligência do Brasil, no campo da Aviação.

Nós, brasileiros, começamos, então, a seguir aquela trajetória já aberta ao nosso patriotismo por essas três invulgaras figuras que deram a nossa Pátria nesse setor, tanto prestígio e lugar tão marcante; e as manifestações foram de tal monta que o Exército e a Marinha de Guerra organizaram a arma da aviação.

Em pouco tempo, esses grupos excediam-se no amor à carreira, na técnica, no prestígio individual de cada um dos serviços, no espírito de renúncia e na dedicação à profissão abraçada. Assim, em 1941, o Governo da República entendeu necessário fundi-los, para que Astronáutica fosse, em nosso País, o que hoje é — um campo de ensinamento, através de suas escolas técnicas uma afirmação de bravura, e força de justo prestígio perante a opinião pública do Brasil.

Sr. Presidente, ao tomar resolução de tão elevado alcance para a defesa da soberania nacional, o governo não deixa de reconhecer que a missão administrativa, que se iniciava, requeria pulso e tato, tais as diferenças a ajustar de pontos de vistas divergentes.

Para essa alta missão escolheram um dos nossos homens que tanto honrou a esta Casa e tanto dignificou o mandato recebido do Rio Grande do Sul, o primeiro Ministro da Aeronáutica, o saudoso brasileiro Senador Salgado Filho.

Ao lado da aeronáutica, no setor militar, encontramos uma plêiade de oficiais brilhantes, cultos e estudiosos, dotados do espírito de renúncia e bravura necessários ao serviço de preparação, dessa Arma, através dos dois grupos, a que me referi. As condições técnicas eram tão minúsculas que o que valia, o que realmente tinha significação, era a coragem com que esses brasileiros se entregavam à grande tarefa que se lhes era apontada, para o serviço da própria nacionalidade.

Ao lado da Força Militar do Brasil nos espaços, também nos devemos referir à Aviação Comercial, a qual oferece ao nosso País os mais justos motivos de contentamento. Não só dentro de nossa Pátria, cujas distâncias se encurtam, cujas comunicações de meses se realizam, hoje, em horas, através das diferentes companhias que exercem com elevação e rendimento os seus mistérios; também lá fora, para além das fronteiras, a Panair, no velho mundo e a Varig, cortando os céus das Américas, reafirmam a vocação brasileira de cartar os espaços numa demonstração positiva de que nesse setor já podemos rivalizar com as companhias mais eficientes e poderosas do Universo.

Sr. Presidente, eu saíra desta tribuna constrangido se não fizesse referência especial, emotiva e patriótica ao Cordeiro Aéreo Nacional, de serviços tão relevantes para regiões distantes de nossa Pátria e que até mesmo facilita as comunicações baratas e rápidas com alguns países de nosso Continente.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. NOVAES FILHO — Com prazer ouvirei V. Ex.ª

O Sr. Fernandes Távora — Não há homenagem mais merecida do que essa que V. Ex.ª está prestando à Aviação, sobretudo, ao Cordeiro Aéreo Nacional, incontestavelmente a glória imorredoura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Dou meu aplauso.

O Sr. NOVAES FILHO — Agradeço o valioso depoimento do nobre representante do Ceará.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. NOVAES FILHO — Com todo prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — O Cordeiro Aéreo Nacional tem prestado inestimáveis serviços ao Brasil. Criculo o Brigadeiro Eduardo Gomes, quando enorme era a dificuldade do transporte de correspondência para os Estados mais distantes. Dou meu aplauso a essa louvabilíssima resolução daquele insigne brasileiro.

O Sr. NOVAES FILHO — Muito grato pelo aparte do nobre representante da Paraíba.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. NOVAES FILHO — Ouvirei o nobre Colega.

O Sr. Francisco Gallotti — Pediria a V. Ex.ª que, ao mesmo tempo em que faz justiça à Força Aérea Brasileira e ao Cordeiro Aéreo Nacional entendesse suas palavras de aplauso aos aeroclubes que se espalham por todo o Brasil, os quais tantas vezes, em situações difíceis, têm atendido a muitos e muitos casos pelo território brasileiro. Não fossem esses pequenos tecotecos, inúmeras vidas não se teriam salvas. Devemos, na "Semana da Asa", quando justamente se homenageia a gloriosa Força

Aérea Militar, a aviação comercial, louvar também esses mosquitos, que cruzam os ares brasileiros, prestando serviços realmente dignos à nossa Pátria.

O Sr. NOVAES FILHO — Sou muito grato ao nobre representante de Santa Catarina, que, com justiça, põe em relevo a atuação desses modestos aeroclubes, que têm prestado grandes serviços à aviação, ajudando a preparar a mocidade, a atraí-la para essa grande e arriscada profissão, tão útil e tão indispensável a um país de vasta extensão territorial como o nosso.

O Sr. Mem de Sá — Dá Vossa Excelência, licença para um aparte?

O Sr. NOVAES FILHO — Recebo prazerosamente o aparte de V. Ex.ª

O Sr. Mem de Sá — Permito-me trazer, também, um subsídio ao discurso de V. Ex.ª, para que não se deixe de dar uma palavra sobre uma das contribuições mais comovedoras e patrióticas que a FAB presta ao Brasil colaborando com o Ministério da Saúde, através dos chamados "Comandos Sanitários Aéreos", em que se destaca, sobretudo, o apostolado de alguns médicos e a dedicação dos oficiais, graças aos quais são levados recursos da assistência, da higiene e da medicina aos rincões mais longínquos da selva brasileira.

O Sr. NOVAES FILHO — Incorporo ao meu discurso o aparte do caro companheiro de bancada, o nobre representante do Rio Grande do Sul, que apresenta mais uma faceta, para nosso aplauso e reconhecimento, do muito que tem realizado a nossa arma do Brasil.

Sr. Presidente, no momento em que trago, através da minha modesta palavra, as congratulações, os louvores, os aplausos da Minoria do Senado, colaborando, assim, para os justos esplenores da Semana reservada para que os brasileiros cantem os grandes triunfos da Aeronáutica, não me sentiria bem com a consciência de brasileiro e de pernambucano, se deixasse, nesta hora, de lembrar o papel extraordinário — que testemunhei na minha velha e histórica cidade de Recife — realizado pela Força Aérea do Brasil, sob o comando desse grande patriota que é o Brigadeiro Eduardo Gomes, naqueles dias tremendos da Grande Guerra, quando tive a fortuna de também cooperar junto a ele como Prefeito do Recife, e por honrosa designação do Marechal Mascarenhas de Moraes como Chefe da Defesa Civil da minha histórica e formosa cidade.

Sr. Presidente, nada obstante as deficiências dessa nossa arma nacional, a justiça manda que se proclame o papel extraordinário que a Força Aérea Brasileira soube exercer no Corredor da Vitória. Nesta homenagem que rendo aos brilhantes Oficiais, à Força Aérea, que serviu na minha cidade durante aqueles dias tremendos da Grande Guerra, louvo a quantos em Pernambuco vêm servindo desde aquela época até hoje: as grandes Missões Militares nesse setor das nossas Forças Armadas.

Com estas palavras, em nome da Minoria do Senado da República, apresento as melhores congratulações e, mais que isso, os votos mais fervorosos para que as asas ferrenhas do Brasil continuem percorrendo os céus da Pátria, os céus estrangeiros, mostrando a nossa força de vontade, a bravura dos nossos oficiais e de quantos estiveram a serviço da Pátria e a Serviço do próprio Universo. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard, terceiro orador inscrito.

O SR. JORGE MAYNARD:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Decorrem 52 anos da magnífica demonstração de Santos Dumont quando no dia 23 de outubro de 1906 realizou o primeiro vôo do "mais pesado do que o ar", em Bagatelle, em nome do Brasil, quando os países de maior tráfego aéreo comercial do mundo.

Vale a pena voltar as vistas para um passado relativamente recente, com o fim de apreciar, em largos traços, a evolução do transporte aéreo e atividades afins, em nosso País.

Interessante é assinalar que o primeiro ato governamental lavrado no Brasil referente a aeronaves, remonta a 3 de junho de 1882, em que foi concedido a José Passos de Faria "privilegio para o aparelho que diz ter inventado, destinado a dar direção e movimento aos balões aerostáticos, sem auxílio de leme, ao qual denominou Brasil". Esse ato assim redigido, traz a rubrica de SM o Imperador Pedro II.

Após isso, em 1901 e 1903, o Governo republicano concedeu prêmios a Santos Dumont para a construção dos seus balões.

As primeiras concessões para o estabelecimento de serviços de transporte aéreo de passageiros e cargas datam de 1918 e 1919, sem que, entretanto, tenham logrado êxito as empresas organizadas para tal fim, naquela ocasião.

Esses primeiros ensaios alertaram o Governo da necessidade de ser criado um órgão que orientasse e disciplinasse as atividades aeronáuticas que já estavam despendendo. Para isso, foi estruturada em 1920 a antiga Inspeção Federal de Navegação Marítima e Fluvial, que passou a denominar-se Inspeção Federal de Navegação.

A essa Inspeção foram atribuídos encargos relativos aos serviços civis de navegação aérea, além dos referentes à navegação marítima e fluvial, que já lhe competiam.

No ano seguinte, foi o Poder Executivo autorizado a estabelecer duas linhas de navegação aérea entre o Rio de Janeiro e Porto Alegre, uma pelo litoral e outra pelo interior, a este da Serra do Mar. A primeira se destinava ao serviço de hidroaviões, enquanto a segunda seria feita somente por aviões terrestres.

Essa providência representou o primeiro passo para o estabelecimento do Correio Aéreo Naval e do Correio Aéreo Militar, respectivamente. Depois, a cargo da Aviação Naval e da Aviação do Exército, respectivamente.

O decreto determinava a adoção providências e medidas para o estabelecimento de estações meteorológicas e radiotelegráficas para proteção ao vôo.

Na Europa e nos Estados Unidos eram já bem grandes os progressos da aviação, tendo se iniciado a época dos famosos raídes. Em 1920, o Governo Brasileiro concedia um prêmio aos aviadores norte-americanos Capitan e Gage, conhecidos pela sua heróica travessia do Atlântico; dois anos após Pinto Martins era premiado por ter realizado a travessia do Atlântico, em 1927, o mesmo aconteceu ao aviador Ribeiro de Barros e seus parceiros, companheiros pela travessia Gênova-Rio.

Naquele ano, de 1927, a aviação recebeu um grande estímulo e entusiasmo, tendo sido criada a Comissão de Aviação, sob a presidência de Lindeberg, através da qual o Atlântico-Norte, sem escalas.

O interesse da aviação mundial refletia-se também no Brasil, despertando natural interesse do governo e do povo brasileiro.

Conseqüentemente, em 1927, o governo brasileiro, através da Comissão de Aviação, iniciou a organização dos serviços de transporte aéreo, com o fim de estabelecer, em nosso País, uma linha de transporte aéreo regular, entre o Rio de Janeiro e Porto Alegre, pelo litoral, e entre o Rio de Janeiro e São Paulo, pelo interior, a este da Serra do Mar.

Esse Regulamento definiu o espaço aéreo, as aeronaves, os aeronautas, as organizações de terra o tráfego aéreo, as concessões de navegação aérea, seguros etc.

Já naquela ocasião, foram observados os princípios da reserva da cabotagem aérea às empresas nacionais e da não concessão de privilégios.

Posteriormente, em 1932, foi modificado o Regulamento primitivo, com o fim de adaptá-lo ao desenvolvimento do transporte aéreo, mas muitos dos seus dispositivos são mantidos até hoje.

No ano de 1930, que marcou o início de uma fase de real progresso para a aviação, contava o Brasil com cerca de 20 aviões comerciais, que voaram naquele ano um milhão de quilômetros, operando em 10 aeroportos, alguns dos quais marítimos. Hoje, temos mais de 300 aviões comerciais de porte variável, do DC-3 ao Super Constellation ou ao DCI-C empregados em linhas regulares, voando 150 milhões de quilômetros anualmente.

Há, ainda, 60 aviões empregados nos serviços de taxi-aéreo mantido por empresas e 123 também em serviços de taxi, mantido por particulares. Há 350 aeroportos servidos por linhas aéreas comerciais.

O número total de aeroportos abertos ao tráfego, sem contudo haver movimento comercial regular em todos eles, é de mais de 700 espalhados em todo o território nacional.

Prossigindo na enumeração dos fatos em sequência cronológica, tivemos em 1927 a autorização do Ministro Victor Bonder ao "Comité Syndicat", de Berlim, e à Cie. Générale d'Entreprises Aeronautiques, Lignes Latécoère, de Paris, para estabelecer, a título precário, o tráfego aéreo entre diversas cidades do litoral brasileiro, sendo que as linhas da Latécoère eram mais extensas e incluíam Fernando de Noronha.

Os alemães operavam com hidroaviões e os franceses com aviões terrestres.

A Latécoère construiu os primeiros aeroportos do litoral, tendo sido depois indenizada das despesas pelo Governo Brasileiro. Cabe-me aqui assinalar o alto padrão de segurança e do acerto com que foram escolhidos os locais para os aeroportos. Vários dos nossos aeroportos atuais foram construídos nos mesmos locais escolhidos pelos franceses.

Posteriormente, o "Comité Syndicat" foi substituído pela sociedade brasileira Sindicato Condor Ltda., e sob esta denominação, autorizada a estabelecer tráfego aéreo regular, em 1928. Depois, a Latécoère obteve permissão para funcionar regularmente, sob a denominação de Cie. Generale Aeropostale.

Durante vários anos, as populações do litoral apreciaram a passagem dos "Junkers" do Sindicato Condor e dos "Devoilines" da Aeropostale.

Alguns anos depois, em 1939, a Companhia francesa passou a denominar-se Air France, após a fusão dos serviços aéreos internacionais daquele país.

Em 1941, o Sindicato Condor adotou a denominação de Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda.

A primeira empresa brasileira a estabelecer o tráfego aéreo regular no Brasil, foi a S. A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense — VARIG, com sede em Porto Alegre, a qual obteve, em 10-8-1937, permissão, para operar no litoral de Santa Catarina e em todo o Rio Grande do Sul.

Seguiu-se a Cruzeiro do Sul em 1938, ainda com a denominação de Sindicato Condor Ltda.

No mesmo ano, foi concedida autorização a empresa inglesa "The Aircraft Operating Co. Ltd.", com sede em Londres, a qual, entretanto, não chegou a funcionar no Brasil.

Os norte-americanos obtiveram concessão para a Pan American Airways e para a New York-Rio-Buenos Aires Ltda., em 1939.

No ano seguinte, a Nyrbra do Brasil S. A., sucessora da anterior, formada com capitais brasileiros e norte-americanos, obteve permissão para estabelecer o tráfego aéreo no Brasil, passando a denominar-se Panair do Brasil S. A., subsidiária da Pan American Airways. Hoje, mais da metade do capital da Panair está em mãos brasileiras.

No ano de 1931, foi lançada a primeira linha do Correio Aéreo Nacional, entre o Rio e São Paulo.

Estava, assim, no início de um grande progresso o transporte aéreo no Brasil, quando teve o Governo Vargas a feliz idéia de criar o Departamento de Aeronáutica Civil, subordinado ao Ministério da Viação, em 22-4-1931.

Por dez anos, até a criação do Ministério da Aeronáutica o DAC prestou relevantes serviços à Nação.

Valiosa foi a sua contribuição no estabelecimento das linhas pioneiras da aviação pelo interior do Brasil, seja construindo aeroportos e pequenos campos de pouso para o Correio Aéreo Nacional, seja criando, despertando ou incentivando uma consciência aeronáutica que quase ainda não existia.

Através dos seus órgãos técnicos e administrativos, o DAC iniciou um contínuo e íntimo contato com os Estados, Municípios, Industriais, fazendeiros, etc. e com outras serviços federais, encetando uma verdadeira cruzada para a construção de campos de pouso pelo interior do Brasil.

Digna de nota foi a receptividade por parte das populações brasileiras, desejosas de participarem da era da aviação que se aproximava a largos passos.

Enquanto orientava a construção de pequenos campos de pouso, o DAC, através da sua Divisão de Aeroportos, tratava de imprimir um caráter racional às obras que executava, baseado nos conhecimentos técnicos da época.

Assim, foram iniciadas as obras do Aeroporto Santos Dumont, o qual, ao País, especialmente à Capital da República.

Naquela época, dominavam ainda os hidro-aviões, o que levou o DAC a construir estações de passageiros no Rio de Janeiro e Salvador.

Com o quase abandono desse tipo de aeronave, para o tráfego comercial, dedicou-se o DAC à construção exclusiva de aeroportos terrestres nas capitais e principais cidades.

Foi completada a primeira fase das obras do Aeroporto Santos Dumont, do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, Val de Cans, em Blém, etc.

Pelo interior, os pequenos campos de aviação eram melhorados e aprimorados de acordo com o desenvolvimento da técnica. Abandonou-se o velho sistema de áreas de aproveitamento total, adotando-se, de listas em direções racionalmente determinadas. Essa evolução no tipo de projeto veio facilitar a construção dos aeroportos, especialmente no que se refere à drenagem das áreas e aos terrenos utilizados.

A medida que o tráfego comercial aumentava, evidenciava-se a necessidade de melhorar as condições do piso dos aeroportos, de aumentar o comprimento das pistas e de serem construídas as estações de passageiros. Foi quando se iniciaram os trabalhos de pavimentação da pista do Aeroporto Santos Dumont, seguidos por outros, já depois de criado o Ministério da Aeronáutica.

Um dia será escrita, em detalhe e com realismo, a contribuição dos engenheiros civis e dos funcionários do DAC e depois do M. Aer. na arrancada gloriosa da Aviação Brasileira no desbravamento de grande parte do nosso território. Serão lembrados os nomes daqueles que foram vítimas do cumprimento das suas missões.

Com a criação do DAC vieram leis, regulamentos e atos, os quais representaram passos seguros para o estabelecimento de uma legislação adequada às intencões nacionais e ao desenvolvimento da nossa aviação comercial.

Naquele mesmo ano de 1931, o Brasil aceitou as decisões da Convenção Internacional de Varsóvia que unificou certas regras relativas ao transporte aéreo internacional. Depois de criada a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em 1941, a qual pertence o Brasil, e que tem como sede a cidade canadense de Montreal, temos participação de diversas Conferências e acordados as normas estabelecidas para o tráfego de aviões comerciais.

No ano de 1932, foi baixado decreto regulando a execução dos serviços aeronáuticos civis, mediante uma alteração do primitivo Regulamento, como me referi.

Já naquela época havia destacado interesse na criação de novas linhas aéreas, pelo que surgiram muitas autorizações para empresas nacionais e estrangeiras estabelecerem tráfego aéreo no País, seja em linhas novas, seja no prolongamento de linhas existentes, já concluídas.

Dentre essas concessões, figura aquela dada à Luftschiffbau Zeppelin, em 1934, para o estabelecimento de uma linha de dirigíveis entre o Brasil e a Europa, e para a construção de um grande hangar em Santa Cruz. A vinda do "Graf Zeppelin" ao Brasil constituiu fato sensacional, que despertou grande entusiasmo público.

Foi naquele ano que a Viação Aérea São Paulo — VASP — obteve licença para estabelecer tráfego aéreo comercial, iniciando, em 1936, com pleno êxito, a linha Rio-São Paulo.

A Ala Littoria, precursora da atual Alitalia e a Deutsche Lufthansa obtiveram suas concessões em 1938 e 1939, respectivamente.

Em 1938, foi instituído o Código Brasileiro do Ar, que veio substituir o Regulamento dos Serviços Aéreos, Código esse que ainda está em vigor.

Para orientação geral dos assuntos ligados ao transporte aéreo foi criado o Conselho Nacional de Aeronáutica, o qual era composto de 6 membros. Esse Conselho foi extinto por ocasião da criação do Ministério da Aeronáutica, o que ocorreu em 20 de janeiro de 1941.

O novo Ministério, com dupla missão — a civil e a militar — foi criado ao insigne brasileiro Doutor Salgado Filho, cuja atuação foi das mais brilhantes.

Coube-lhe a tarefa de aglutinar as atividades da Aviação Militar, da Aviação Naval e da Aeronáutica Civil, que estavam subordinadas aos Ministérios da Guerra, Marinha e Viação.

Com o advento do Ministério da Aeronáutica, desenvolveram-se os trabalhos de engenharia seja para fins civis, seja para fins militares, foram aumentados os efetivos militares, criada a Força Aérea Brasileira com alto padrão de eficiência, dada nova organização aos diversos serviços e tomadas providências várias para disciplinar o tráfego e as relações entre as companhias aeronáuticas. A atual Diretoria de Aeronáutica Civil tem tomado parte saliente neste setor das atividades militares. As linhas do Correio Aéreo Nacional foram muito ampliadas, cobrindo hoje, praticamente todo o território brasileiro e estendidas a países vizinhos, tais como a Bolívia, Paraguai, Guiana Francesa, Uruguai e, no mês próximo passado, ao Equador. Nenhum brasileiro regateia elogios a esse patriótico e eficiente serviço que a FAB presta ao nosso País.

Em 1941 e 1942, foram dadas concessões à Navegação Aérea Brasileira

NAB — é a Empresa de Transportes Aerovias Brasil, bem como, alguns anos depois, ao Lóide Aéreo Nacional. A companhia Aerovias, posteriormente, reuniu-se em consórcio à Real Transportes Aéreos e à Nacional, fundadas algum tempo após.

Já naquela ocasião havia um grande número de aeroportos com pistas não pavimentadas, apenas encascalhadas e que atendiam às operações de pouso e decolagem. Poucas eram as pistas pavimentadas.

A 2.ª Guerra Mundial veio encontrar o Brasil sem uma infraestrutura aeronáutica capaz de atender às exigências do tráfego de aviões, considerados pesados para aquela época, empregados pelos Aliados, naquele conflito. Mediante acordos realizados em 1941 foram construídos os aeroportos de Amapá, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceló e Salvador, todos dotados de pistas asfaltadas. Foram também construídos e pavimentados os aeroportos de São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Gravataí, Santa Maria, Caravelas, Belo Horizonte, Vitória e algumas pistas de Bases Aéreas. Naquela fase e na atual, tem tido atuação destacada a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, onde prestam seus serviços muitos engenheiros vindos da Divisão de Aeroportos do extinto D. A. C.

Como alguns daqueles aeroportos construídos no Norte e Nordeste, principalmente, destinavam-se a atender em primeiro lugar à emergência da Guerra, sua pavimentação não possuía condições para suportar por largo tempo o tráfego dos aviões atuais, bem mais pesados do que aqueles para os quais haviam sido construídos. O desgaste das pistas e dos patios de estacionamento tem criado sérios problemas. Em muitos casos, tem havido necessidade de uma substituição total da pavimentação.

Os grandes aviões comerciais a jato, destinados ao tráfego internacional e já encovados por algumas das nossas empresas e pelas empresas estrangeiras que aqui operam exigem soluções urgentes e de caráter definitivo, para alguns dos nossos aeroportos internacionais.

Os serviços de proteção ao voo também são essenciais e exigem a inversão de elevadas somas visto ser caro o equipamento empregado.

O Fundo Aeronáutico, criado em dezembro de 1956, veio proporcionar os meios financeiros necessários à solução dos angustiosos problemas antes referidos.

Consideradas as linhas domésticas, diversos aeroportos atuais atenderão às exigências futuras. Os mais antigos, porém, necessitam de uma nova pavimentação ou de um reforço nos atuais pavimentos, além de ampliação das pistas.

As linhas internacionais serão cobertas pelos grandes aviões a jato e estes exigirão pistas de 3.000 metros de extensão e pavimentos de grande resistência.

Nenhum aeroporto nosso está em condições de suportar normalmente tal tráfego.

Providências já estão sendo tomadas com relação aos aeroportos internacionais do Rio de Janeiro, São Paulo e de Porto Alegre, no sentido de que essas Capitais possam receber aqueles aviões dentro de razoável prazo. Há estudos em elaboração também com respeito a outros grandes aeroportos. Os atuais aeroportos situados nas citadas cidades se destinarão ao tráfego doméstico, já bem intenso.

Depois da Guerra, estabeleceram tráfego aéreo para o Brasil grandes companhias internacionais, tais como: — BOAC — KLM — Braniff — SAS — Iberia — Swissair e Aerolíneas Argentinas; voltaram a trazer para o Brasil, Lufthansa e Alitalia, sob nova organização.

A renovação das frota das companhias de aviação é outro problema de suma importância. Terminado o conflito mundial, estabeleceu-se em 1948, um acelerado desenvolvimento da aviação comercial brasileira, tendo em vista a facilidade de aquisição de aviões DC-3, excedentes de guerra, os quais tinham sido utilizados em missões de transporte, mas que se encontravam em excelentes condições. Havia, também, abundância de peças sobressalentes e pessoal habilitado em quantidade suficiente.

O famoso DC-3, que tanto contribuiu para o progresso do transporte aéreo no Brasil, está se tornando obsoleto. As empresas estão procedendo à sua substituição pelo Convair e pelo Viscount, por serem aviões mais modernos, mais rápidos e mais econômicos, adequados às suas linhas domésticas.

Para as linhas internacionais, já estão encomendados por algumas empresas nacionais e estrangeiras os grandes e rápidos aviões a reação, com velocidades próximas de 1.000 quilômetros por hora, os DC-8, Boeing 707, Convair 880, Comet e outros, a fim de poderem competir no tráfego aéreo mundial, passada que foi a fase experimental do emprego do avião a jato no transporte de passageiros.

Hoje, o transporte aéreo no Brasil está de tal modo integrado na vida nacional que se justifica toda a atenção que o Poder Público lhe possa dispensar.

A alta compreensão do problema tem conduzido o Congresso Nacional e o Poder Executivo a adotarem medidas de fomento à aviação comercial através de adoção de providências como a criação do Fundo Aeronáutico, a concessão de auxílios e subvenções de linhas, facilidades às empresas aeroviárias, incentivos diversos à construção de aeroportos, ampliação e aperfeiçoamento dos serviços de proteção ao voo, etc.

Por este rápido histórico, em comemoração à Semana da Asa do corrente ano, sentires que o muito já feito é motivo de orgulho para os brasileiros e representa um estímulo para o muito que ainda precisamos fazer. — (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Em meu nome pessoal e em nome da Mesa, associo-me às homenagens que ora se prestam às Forças Aéreas Brasileiras.

Vejo, nessas passárgas de aço que percorrem o céu de nossa Pátria, um sinal e uma expressão da alma pioneira do Brasil. Em missões de paz ou em missões de guerra, os brasileiros que sobrevoam o vasto território que constitui nosso País demonstram perante o Mundo e perante a Nação, que sabem arriscar suas vidas no cumprimento do dever — sabem ser vigilantes pelos destinos da Pátria.

Associo-me de coração a todas as homenagens que se prestam às Forças Aéreas Brasileiras.

Passa-se à segunda parte da hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Abreu, primeiro orador inscrito.

O SR. PAULO ABREU:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores:

No planejamento de Brasília está prevista a construção de uma catedral da Igreja Católica Romana. A construção será feita pela NOVACAT e poderá completar o conjunto arquitetônico de Brasília.

O assunto, porém, trata-se transcendente sob certos aspectos e que reputo de grande importância. Citando com meu ponto de vista o ilustre escritor patricio, Sr. Gusta-

vo Corção, há pouco, no "Diário de Notícias", interessante comentário. Para melhor esclarecer, meus ilustres pares, lerei um trecho do artigo em menção:

Diz Gustavo Corção:

"Acho que uma catedral deve ser feita com o nosso dinheiro, com a nossa dádiva espontânea, não deve ser arrancada de um povo que não quer. E não deve ser auto-financiada como dizem que está sendo Brasília. Se o nosso dinheiro, e a nossa católica contribuição não rá para catedral grandiosa, façamos um templo modesto, mas façamo-lo sem empulhar a opinião pública, sem fazer de conta que todos são católicos, sem brincar de Pampulha, e sobretudo sem aproveitar mais esta obra grandiosa para tornar ainda mais nebulosas as contas de Brasília. E sem esperar, que essa catedral, de diploma de pilares da Igreja, aos mesmos governantes que se elegeram com o acintoso apoio dos inimigos da Igreja."

Assim, o consagrado escritor, com sua argúcia e autoridade, analisou a matéria, sob ângulos sem dúvida nenhuma, justos e lúváveis.

Porém, Srs. Senadores, na Constituição brasileira está consagrada a separação da Igreja do Estado. A liberdade de culto e crença, inclusive, consta do art. 141, § 7.º, sendo que, no dizer da Carta Magna, todos somos iguais perante a lei.

Foi um admirável passo da República, no sentido de assegurar a livre prática das crenças. Não será outro, na verdade, o fundamento espiritual da liberal-democracia, corrente ideológica a que o Brasil tem sido fiel.

O consagrado escritor condena, com razão, aquela preferência dos construtores de Brasília, e do próprio Chefe da Nação a quem compete constituir-nalmente, garantir a todos nós, o livre exercício de crença e fé religiosa.

Sr. Presidente: para que se cumpra o dispositivo constitucional, é imperioso que não se construa esse Templo com dinheiro de todos porque, além de atestado à Carta Magna, importa numa injustiça aos demais credos e confissões.

É claro que budistas, espíritas, protestantes, muçulmanos, etc., também teriam o direito de pedir ao Estado recursos financeiros para construir seus Templos em Brasília, pois, todos eles são, como os católicos, contribuintes do Tesouro.

Para argumentar, Srs. Senadores, esclareço que, segundo informações que colhi, os evangélicos estão adquirindo, por conta própria, terrenos em Brasília para edificação de seus Templos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: Este é um fato que deve merecer nossa atenção, desde que a construção a que me reporto será feita à custa dos recursos do Tesouro, à conta dos impostos pagos por todos os brasileiros, sem exceção de credos, de convicções religiosas, enfim, à custa dos dinheiros públicos arrecadados nas mais variadas fontes de receita.

O Brasil atingiu, em nossos dias, a um grau de cultura tão elevado que tais coisas não podem mais ocorrer sem reparos, por parte da opinião coletiva. Somos um povo amante das liberdades e esta é uma glória nossa que todo mundo reconhece e reclama.

Tenho dito. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

No expediente há pouco lido figuravam vários dos Subanexos em que se divide o Projeto de Lei da Câmara n.º 143 de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União

para o exercício financeiro de 1959. a saber:

- 2.01 — Câmara dos Deputados;
- 2.02 — Senado Federal;
- 3.01 — Tribunal de Contas;
- 3.02 — Conselho Nacional de Economia;
- 4.03 — Estado Maior das Forças Armadas;
- 4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas;
- 4.05 — Comissão de Reparações de Guerra;
- 4.07 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica;
- 4.08 — Conselho Nacional do Petróleo;
- 4.09 — Conselho de Segurança Nacional;
- 4.12 — Ministério da Aeronáutica;
- 4.19 — Ministério das Relações Exteriores.

Dispõe o Regimento Interno: "Art. 166. Recebida da Câmara dos Deputados a proposição orgando a Receita e fixando a Despesa Geral da República, será imediatamente enviada à Comissão de Finanças, providenciando-se a publicação e a distribuição dos respectivos avulsos.

Art. 167. Na sessão em que forem distribuídos os avulsos o Presidente após a leitura do expediente, anunciará que a proposição receberá emendas dos senadores perante a Mesa durante as três sessões seguintes."

Graças a providências tomadas pela Mesa, já se acham distribuídos os avulsos correspondentes a essa matéria.

Nessas condições, podem os referidos subanexos começar a receber emendas. Para esse fim ficarão sobre a Mesa nas três sessões que se seguirão à presente. (Pausa).

Passa-se à

ORDEN DO DIA

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional número 1 de 1955, que dispõe sobre a eleição do Prefeito do Distrito Federal, tendo Parecer favorável, sob n.º 1.193, de 1957, da Comissão Especial (voto em separado do Sr. Senador Gaspar Veloso).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa).

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

Pego a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sr. João Villasboas.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto de Reforma Constitucional que se discute, é de minha autoria e de outros Srs. Senadores.

Ofereci-o à consideração de meus Pares atendendo às justas aspirações da população carioca e, também, para corrigir falha na Emenda Constitucional n.º 2. Como sabe o Senado, esta emenda teve como objetivo principal a autonomia do Distrito Federal. Apresentou-a nesta Casa, o nobre Senador Mozart Lago, que tanto se desvelou pela sua aprovação nesta e na outra Casa do Congresso. Foi ela promulgada nos seguintes termos:

"Art. 1.º O atual Distrito Federal será administrado por um Prefeito, cabendo as funções legislativas a uma Câmara de Vereadores, eleitos estes e aquele por sufrágio direto, simultaneamente, pelo período de quatro anos."

Determinava o art. 1.º da Emenda Constitucional que o Prefeito do Distrito Federal passaria a ser eleito pelo povo, em pleito direto. Não mais seria de nomeação do Sr. Presidente da República. Prescrevia também a eleição do Prefeito se fizesse conjuntamente com a dos Ve-

readores, com o mandato de quatro anos. O § 1.º assim dispunha:

"A primeira eleição para Prefeito realizar-se-á quando se efetuar a do Presidente da República para o próximo período governamental."

Tendo a emenda constitucional sido aprovada após a eleição do atual Presidente da República, a primeira eleição de Prefeito para o Distrito Federal só se poderá realizar na oportunidade da escolha do futuro Chefe da Nação — isto é, a 3 de outubro de 1960, caso não haja um novo "1 de novembro".

Normalmente, o que a emenda prescreveu foi que o Prefeito do Distrito Federal seria eleito pelo povo e não mais nomeado pela Presidência da República; e que a eleição se realizaria a 3 de outubro de 1960.

O art. 1.º dessa emenda prescreveu também que a eleição do Prefeito seria realizada conjuntamente com a dos vereadores para o Distrito Federal.

Dai se infere que não poderia haver, no dia 3 de outubro deste ano, eleição para vereadores porque estes, obrigatoriamente, por força da Emenda n.º 2 à Constituição Federal, só poderiam eleger-se concomitantemente com o Prefeito do Distrito Federal — isto é, a 3 de outubro de 1960. Verifica-se, destarte, uma anomalia. Os Vereadores eleitos para a atual legislatura, e que terminam seu mandato a 31 de janeiro, teriam, por força interpretativa do dispositivo constitucional, o seu mandato prorrogado até a posse dos futuros eleitos, ou então, o Distrito Federal ficaria sem Poder Legislativo a partir da extinção dos atuais mandatos até a posse dos novos eleitos.

Foi no sentido de corrigir esta anomalia, no interesse de conciliar a disposição constitucional da eleição conjunta do Prefeito com a Câmara dos Vereadores, que apresentei o projeto de emenda constitucional, assim redigido, ao mo apoio da maioria dos membros desta Casa:

Artigo único: O parágrafo único do art. 1.º da Emenda Constitucional n.º 2 passa a ter a seguinte redação:

A primeira eleição para Prefeito do Distrito Federal realizar-se-á conjuntamente com a dos Vereadores para a próxima legislatura.

Procurava, assim, com essa emenda determinar que em 3 de outubro do corrente ano se realizasse a eleição do Prefeito do Distrito Federal conjuntamente com a de Vereadores.

Apresentada a emenda a esta Casa em 5 de novembro de 1956, com tempo, portanto, mais que suficiente para sua tramitação legal e regimental, a fim de que fosse aprovada pelo Congresso Nacional antes do dia 3 de outubro corrente, ficou, no entanto, engavetada na Comissão Especial eleita pelo Senado Federal. Somente hoje vem ao Plenário para discussão.

Sr. Presidente, compreendo as razões determinantes da paralisação do projeto. Havia, por parte da Maioria o propósito de não dar autonomia ao Distrito Federal: recusar a justíssima aspiração do povo carioca de eleger seu Prefeito; continuar, no atual período presidencial da República, com o Distrito Federal submetido à tutela do Governo.

A consequência da não aprovação da Emenda é o que estamos vendo: houve eleições para Vereador do Distrito Federal; as quais, entretanto, para mim, se me afiguram inteiramente nulas, por infringentes da Emenda n.º 2 à Constituição Federal, que exige seja a eleição em conjunto com a do Prefeito. Realizou-se, no entanto, no Distrito Federal, precisamente o que estava vedado pela Carta Magna, ou seja, apenas a eleição para Vereadores. Há, pois, violação flagrante da letra expressa da emenda incorporada à Constituição, e era justamente essa violação que minha emenda procurava evitar.

Encontramo-nos, agora, em situação difícil. O Partido Social Democrático consultou o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal sobre a possibilidade da realização dessas eleições; e aquela Corte, sem maiores reflexões, atendendo a um parecer sem fundamentação precisa da Procuradoria Regional, resolveu que a eleição se realizaria no dia 3 de outubro de 1958, acrescentando, no entanto, que os Vereadores eleitos teriam o mandato reduzido a dois anos.

Sr. Presidente, essa decisão contém duas violações à Constituição. A primeira em determinar a eleição para o dia 3 de outubro do corrente ano, quando ela está fixada em Emenda Constitucional. Os Tribunais Regionais têm atribuição, competência para designar a data dos pleitos; mas a Carta Magna reza, no item IV do art. 119: "... quando não determinada por disposição constitucional ou legal". A eleição para Vereadores, entretanto, está estabelecida, na Constituição vigente, para 3 de outubro de 1960. Faleça, portanto, competência ao Tribunal Regional para mandar que o pleito se realizasse no dia 3 de outubro do corrente ano.

A segunda infração do Estatuto Básico é determinar o Tribunal Regional, em resposta a uma simples consulta partidária, que o mandato dos Vereadores eleito ficaria reduzido a dois anos de duração, quando a mesma Emenda Constitucional e a Lei Orgânica do Distrito Federal estipulam que esse mandato será de quatro anos. Nem aquela Corte poderia fixar data diferente da estabelecida na Emenda Constitucional para a eleição, nem lhe assiste competência para reduzir a duração desses mandatos.

E' verdade, Sr. Presidente, que estamos diante de acontecimento singular: o da transferência da Capital da República para o Planalto Central do Brasil, determinada, em lei, para o dia 21 de abril de 1960. Trata-se de imperativo constitucional, consignado no art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, completado por lei sancionada na presente legislatura.

"Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara".

Quer dizer: naquela data, extinguem-se todos os direitos e garantias relativas à vereação ou ao exercício do Executivo, no Distrito Federal.

Não tendo havido qualquer recurso da eleição dos atuais Vereadores do Distrito Federal; não tendo sido, até o presente, invocada uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, ou do Supremo Tribunal Federal, deve prevalecer, em relação à eleição, *sic et in quantum*, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral, fixando a eleição. Esses Vereadores, então, prosseguirão no exercício de suas funções, não mais pelos dois anos referidos na resposta à consulta do Partido Social Democrático pelo Tribunal Regional Eleitoral, mas apenas até a data da mudança da capital, ou seja, 21 de abril de 1960.

Vê o Senado, Sr. Presidente, que se cria em torno desses fatos, pela razão simples de não ter sido votado oportunamente a minha Emenda Constitucional, uma série de problemas que poderão ser resolvidos pelo Judiciário, proporcionando situações difíceis, no Distrito Federal, em face da ilegalidade surgida com a eleição dos atuais Vereadores, ilegalidade que se vai refletir diretamente nos atos legislativo do Conselho Municipal.

Sr. Presidente, eram as explicações que devia trazer ao Senado, neste momento, quando V. Exa. submete a discussão meu projeto, que recebeu parecer favorável na Comissão Especial de Reforma Constitucional, dele divergindo apenas um ilustre Membro desta Casa.

Sua aprovação já agora seria inteiramente contrária ao objetivo previsto pelos autores da proposição. Não há mais razão para ser aprovado.

Feitas essas considerações solicito dos meus ilustres pares sua rejeição! (Muito bem. Muito bem).

Durante o discurso do Sr. João Villasboas, o Sr. Apolônio Salles deira a Presidência, assumindo-a o Sr. Prisco dos Santos.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão da emenda constitucional.

O SR. CAIAO DE CASTRO:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, agora que se discute a emenda constitucional, desejo, como representante do Distrito Federal, render nossa homenagem ao nobre Senador João Villasboas, pelo seu extraordinário trabalho nesta Casa, sobretudo e particularmente na defesa do Distrito Federal.

Nós cariocas somos gratos ao eminente representante de Mato Grosso, pelo muito que fez em favor da nossa causa. Estamos de pleno acordo com as considerações de S. Ex.ª.

E' incompreensível, Sr. Presidente — e já o disse várias vezes neste Plenário — que havendo os Partidos políticos assumido, com o eleitorado carioca o compromisso de votar a autonomia do Distrito Federal — eleição do Prefeito — tivessem alguns deles, integrantes da Maioria, faltado à palavra empenhada.

O nobre Senador João Villasboas sempre esteve em defesa da nossa autonomia. E' merecedor de francos aplausos. Como muito bem salientou S. Ex.ª, esse projeto, por razões incompreensíveis, permaneceu dois anos na Comissão Especial, só que hoje foi incluído na Ordem do Dia, para discussão.

Tive oportunidade de ocupar esta mesma tribuna pedindo a atenção dos nobres Senhores Senadores, para essa circunstância. Cheguei mesmo a apresentar requerimento de urgência. Além disso: com os meus companheiros, lutamos junto a Srs. Senadores que integravam a Comissão Especial para que o projeto tivesse andamento. Nada conseguimos.

Uma circunstância desejo ressaltar: entre a aprovação do projeto pela Comissão Especial, e chegar ao Plenário, levou um ano! Um ano, repito, Sr. Presidente. E' incompreensível demora tão grande em relação a matéria dessa natureza. Chegamos à conclusão de que o projeto que satisfazia a todos os nossos interesses, há muito por nós desejado, vem a Plenário em momento completamente inoportuno.

Com os meus agradecimentos ao nobre Senador João Villasboas, e lamentando profundamente que o Senado da República houvesse atrasado de tal maneira a votação deste projeto, a ponto dele tornar-se hoje completamente inútil, congratulo-me com S. Ex.ª e com o seu Partido que tão bem defendeu a autonomia do Distrito Federal, e lamento profundamente, embora reconheça o valor do candidato a Senador eleito, porque foi essa uma das causas de nossa fragorosa derrota no pleito de 3 de outubro. Nós do Partido Trabalhista Brasileiro, que pertencemos à Maioria, e o Partido Social Democrático, que tem um representante no Governo, não cantamos com esse apelo, quando nós, cariocas, dele mais necessitávamos.

O povo desta mal leal e nobre cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que sempre se caracterizou pela sua independência e pelo desamor com que concorre às urnas e participa, nos prêmios cívicos, respondeu de forma brilhante ao atraso do Senado, ao descaso da Maioria pelos seus interesses, votando justamente no candidato da Oposição no candidato da União Democrática Nacional que tão bem defendeu a causa do povo carioca.

Reconhecendo a nossa derrota nas eleições; reconhecendo que o povo desta cidade respondeu, à altura, aqueles que não souberam amparar seus interesses, nesta Casa, congratulo-me mais uma vez com o nobre Senador João Villasboas e lhe manifesto a nossa gratidão pelo esforço que despendeu em favor da nossa causa. Ao mesmo tempo, concordo com S. Ex.ª quanto à pouca atenção que o projeto tem merecido nesta Casa.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. CAIAO DE CASTRO — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Fui votante, na Comissão, como relator do projeto a que V. Ex.ª se refere. Eram divergentes as idéias sobre a data em que se deveria eleger o Prefeito desta cidade. Estou de acordo com V. Ex.ª quanto ao retardamento na tramitação do projeto; não vejo, porém, qualquer relação entre o resultado das urnas, em 3 de outubro, a esse retardamento. Se o eleitorado carioca tivesse agido com lógica, dentro dessa orientação, o eleito teria sido o ex-Senador Mozart Lago, a quem se deve, inequivocamente, em grande parte, o projeto de autonomia do Distrito Federal; entretanto pelo resultado das urnas se percebe que o ex-Senador Mozart Lago, o paladino da autonomia desta cidade, não conseguiu os votos que V. Ex.ª diz que o eleitorado carioca deu ao seu ilustre contendor, hoje Senador, Sr. Afonso Arinos. Não foi essa a reação do eleitorado carioca; se fôra, creio V. Ex.ª o eleito teria sido o Sr. Mozart Lago.

O SR. CAIAO DE CASTRO — Agradeço o aparte de V. Ex.ª. O nobre colega atribui nossa derrota a outra causa. Eu, como carioca, como representante do Distrito Federal, homem que percorreu os muros, entrou em contato direto com a massa popular, entendo que uma das razões de nossa derrota foi a de haver o povo carioca, sentindo o desinteresse aparente de nosso Partido, preferido o candidato da oposição.

Não critico o pronunciamento de V. Ex.ª; nem fiquei magoado, por haver o ilustre colega se manifestado contra o projeto. E' ponto de vista respeitável, contra o qual nada tenho que dizer. Reclamamos, sim, a demora da vinda da proposição ao Plenário. Somente depois de um ano de haver V. Ex.ª emitido seu parecer é que a proposição foi incluída na Ordem do Dia. Não se compreende que assunto dessa natureza, tão importante para o povo da Capital Federal, tenha sido relegado a plano inferior. Como representante do povo carioca, concordo inteiramente com o Senador João Villasboas quando afirma que houve interesse da Maioria para que esse projeto não fosse apreciado em tempo oportuno.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. CAIAO DE CASTRO — Com muito prazer.

O Sr. Gilberto Marinho — Não desejando, absolutamente, em qualquer instante, separar, nem minha sorte, nem minha conduta da dos demais companheiros da Maioria, só mesmo por excesso de escrúpulo de consciência, devo esclarecer que sempre fiz tudo — e vou fazer —

inho de V. Exa. no sentido de que o Senado apreciasse essa Emenda, no prazo mais rápido possível. Estou certo de que os outros integrantes da Maioria não podem ser responsabilizados; e muito menos admito que, intencionalmente, tivessem o propósito de retardar seu andamento. De minha parte, declaro que jamais ouvi do Líder da Maioria qualquer palavra nesse sentido. É fato incontestável; e não ocorreria a ninguém negar que foi, exagerada a procrastinação. Faço essa ressalva para que fique evidenciado, a todo o momento, meu desejo e minha intenção de antecipar sempre essa almejada leição do Prefeito autônomo do Distrito Federal. Não desejando entrar em mérito de que, com essa demora, se houvesse concorrido para a vitória ou a derrota de candidatos no último pleito, resta-nos tão somente, uma convicção: ninguém mais poderá tirar ao povo carioca o direito de, nas próximas eleições, para Presidente da República, fazer também subir à direção da Capital da República, pelo voto direto e secreto, aquele que efetivamente encarne as aspirações do bom e generoso povo carioca.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Rendo minhas homenagens a V. Exa. Declarei várias vezes, inclusive pela Imprensa, que V. Exa. foi incansável na luta aqui travada em favor da autonomia do Distrito Federal. Sou testemunho do esforço de V. Exa. Insisto no ponto de vista pessoal de que atribuo aquele fato a nossa derrota. Outros pensarão que estou errado.

Declarar, também, que ignoro qualquer manifestação do nobre Líder da Maioria contrária ao andamento do projeto. Não estou acusando; é a expressão da verdade: nunca S. Exa. — pelo menos que eu saiba — se opôs à proposição.

Fato incontestável, porém, que brada aos Céus, é que a matéria levou dois anos para chegar ao Plenário e mais de um ano, depois de aprovada, na Comissão Especial. Membro dessa Comissão, devo explicar que ela, agiu corretamente, trabalhou e emitiu parecer favorável ao Projeto. Não se sabe, por conseguinte, o motivo da demora. Daí minha estranheza e meu protesto.

Nestas convicções, peço ao Senado rejeite o projeto. Embora apresentado com boa intenção e resolvendo o problema do Distrito Federal, poderá ser mal interpretado. Em 1960, dir-se-á que a emenda constitucional manda eleger Prefeito, e não o Governador; então, não se elegerá o Governador, e continuaremos no atual regime.

Eis porque, concordando com o nobre Senador Gilberto Marinho e, ainda uma vez, agradecendo seu esforço e trabalho em favor do Distrito Federal, peço aos nobres Senadores rejeitem o projeto, por haver passado a oportunidade.

Desejo, por outro lado, salientar meu receio de que, se aprovada essa proposição, possam alegar, em 1960, que a emenda constitucional ora em foco se referia a Prefeito e, então, precisando eleger-se Governador, a Prefeitura continuará sob a direção de agente direto do Presidente da República.

Não quero dizer que esteja contra o Prefeito. Aproveito, aliás, a oportunidade para render homenagens ao Sr. Sá Freire Alvim, que procedendo muito bem, procurando atender às necessidades do Distrito Federal. Faço votos mesmo por que continue até 1960, atacando os problemas angustiosos que nos dificultam a vida.

Não posso, todavia, afastar do pensamento a possibilidade para mim calamitosa, de ocorrer, segundo a palavra do Sr. Ministro da Justiça, a intervenção no Distrito Federal, "cidade maravilhosa", que vive no po-

em dias de sol e na lama quando chove, e que, dessa forma, continuará sem o direito de eleger seu Prefeito. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a discussão.
Não havendo mais quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).
Está encerrada.

O SR. PRESIDENTE:

— Diz o § 1.º do art. 191 do Regimento, na redação constante da Resolução n.º 16, de 1955:

"Encerrada a discussão, o Presidente marcará a data da votação, com a antecedência de oito dias, do que dará aviso telegráfico a todos os Senadores."

Tendo sido agora encerrada a primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1956, a Mesa o incluirá, para votação, na Ordem do Dia da sessão de 31 do corrente.

Dessa providência serão informados os Srs. Senadores, por telegrama da Mesa.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 14, de 1958, que nomeia Ariur Botelho Casado Lima, candidato habilitado em concurso, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado (projeto de autoria da Comissão Diretora), tendo Pareceres favoráveis (números 357 e 358, de 1958), das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

— Em discussão.
Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa)
Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 14, de 1958

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com a alínea e, do artigo 61 do Regimento interno, combinado com o artigo 1.º da Resolução n.º 8, de 1958, para exercer o cargo da classe "J", da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Arthur Botelho Casado Lima.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1958, que concede a pensão vitalícia de Cr\$ 5.000,00 mensais a Justiniana Fleury Passos, viúva do engenheiro Edison Junqueira Passos, tendo Pareceres favoráveis (ns. 332 e 333, de 1958) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

— Em discussão.
Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa)
Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 42, DE 1958

(N.º 3.080-B, de 1956, na Câmara dos Deputados)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida a pensão vitalícia de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil

crúzeiros) mensais a Justiniana Fleury Passos, viúva do engenheiro Edison Junqueira Passos.

Art. 2.º O pagamento da pensão, a que se refere o art. 1.º, correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Senador Paulo Abreu enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 98, § 2.º, do Regimento Interno.

Sua Ex.ª será atendido.

DISCURSO SUPRA REFERIDO

Sr. Presidente.

Certamente, os meus nobres pares, como eu, estão lendo, de vez em quando, noticiário, na imprensa, sobre a permanente falta de borracha para a indústria gomeira, desta capital e de São Paulo, onde se fixa a base da manufatura pesada, desse ramo fabril. Nem bem se atende a uma solicitação para a importação de matéria-prima, dado o vertiginoso crescimento da produção, inclusive, para exportação, e em face da carência da matéria-prima amazônica, e já outro pedido, de milhões e milhões de dólares, é formulado, numa sucessão inacabável e sempre com sinais de crise, como a redução do do trabalho; dispensa de operários e, até, suspensão provisória das atividades de tais estabelecimentos.

Há muitos anos, chamou-se a atenção do Governo para esse crescimento, por assim dizer, cíclico, do nosso parque da goma-elástica, enquanto diminua a produção nacional de matéria-prima.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: o custo dos artefatos de borracha, entre nós atingiu a custo astronômico e isto traz, em consequência, o agravamento de fretes, nos veículos motorizados, sobrecarregando, portanto, o já asfíxiante nível de vida do povo, por sua vez, trabalhado por tantos e diferentes fatores de encarecimento, além do drama da inflação, a cúpula e o alicerce, dessa crise sem precedentes.

Parece-me que o problema deveria ser estudado, em extensão e profundidade, levando-se em conta o consumo interno, o volume das exportações, a produção de matéria-prima, as necessidades de importação, os lucros auferidos etc.

A Comissão Executiva da Borracha, funcionando com um regulamento que data de vinte anos, dos primórdios do surto industrial, com integrantes que se perpetuaram nas funções do colegiado, que a caracteriza, é sempre e sempre favorável à importação... A Valorização da Amazônia, por sua vez, não conta, pelo que se deduz, de um plano racional, energético, para o aumento da produção e o plantio de novos parques gomíferos, em pontos acessíveis, entregues, mesmo, a técnicos asiáticos, experimentados em métodos modernos, para extração e plantio. A Amazônia, a nossa espantosa e desértica área geométrica, vive da borracha. Sua economia gira, toda, em torno a esse produto. É tempo, portanto, de o Governo Federal, com a sua autoridade, recursos e possibilidades, encarar, seriamente, a questão, deixando à margem as soluções simplistas, as sucessivas comissões de estudo, momentâneas, como vem acontecendo, e enfrentar, decisivamente, tão agudo e ameaçador problema. Nesta Casa existe um interessante projeto, da lavra do ilustre e distinto colega, senador pelo Amazonas, Sr. Mourão Vieira, reorganizando a Comissão Executiva da Bor-

racha. Seria interessante que se desse um expressivo passo à frente, naquilo sentido, imprimindo o andamento a essa proposição.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos, primeiro orador inscrito para esta oportunidade. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, segundo orador inscrito. (Pausa).

Também não está presente.

Não há mais orador inscrito.

Lembro aos Srs. Senadores que, hoje, às vinte e uma horas, haverá reunião do Congresso para apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei n.º 1.966, de 1956, na Câmara dos Deputados e 194, de 1957, no Senado Federal e do veto (total) ao Projeto de Lei n.º 1.439, de 1957, na Câmara dos Deputados e 92, de 1956, no Senado Federal.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 35, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 762.550,20 para atender ao pagamento de despesas com transportes de pessoal, em serviço, no exercício de 1954, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 240 e 331, de 1958, da — Comissão de Finanças.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 36.611.240,00 para atender ao pagamento dos benefícios do abono familiar, tendo Pareceres favoráveis, sob n.º 343, de 1958, da Comissão de Finanças.

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, tendo Parecer favoráveis, sob n.º 347, de 1958, da — Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral, em 20 do corrente mês, exarou o Requerimento n.º SF-78-58, em que é interessada Helena Silva Gontes de Miranda, o seguinte despacho:

"Por se tratar de funcionário aposentado, a viúva de Raimundo Pontes de Miranda deve dirigir-se à Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda".

Secretaria do Senado Federal, em 22 de outubro de 1958. — Nina Borges Seal, Diretora do Pessoal.

ATO DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral, por despacho de 20 do corrente mês, mandou constar nos assentamentos individuais de Thomaz Pompeu Acioly Borges, Assessor Legislativo, "PL-6", elogio que lhe foi feito pelo Doutor Juiz Presidente da 19.ª Junta Apuradora pela sua valiosa colaboração nos trabalhos de apuração do pleito de 3 de outubro de 1958, permitindo que a mencionada Junta concluisse sua tarefa em primeiro lugar.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de outubro de 1958. — Nina Borges Seal, Diretora do Pessoal.